

Plano Estadual de Educação da Paraíba (PEE-PB)

Avaliação dos Indicadores das Metas (2015-2020)



Plano Estadual de Educação da Paraíba (PEE-PB)

Avaliação dos Indicadores das Metas (2015-2020)

GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA

João Azevêdo Lins Filho

VICE-GOVERNADORA

Ana Lígia Costa Feliciano

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Cláudio Benedito Silva Furtado

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Rubens Freire Ribeiro

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO ESTADO DA PARAÍBA – FAPESQ

Roberto Germano Costa

ELABORAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Laboratório de Economia e Modelagem Aplicada (LEMA)

Aléssio Tony Cavalcanti de Almeida (*coordenador*)

Hilton Martins de Brito Ramalho

Ignácio Tavares de Araújo Júnior

Antonio Vinícius Barros Barbosa

Jorge Henrique Norões Viana

Luciano Menezes Sampaio

Camila Leal

Ana Carolina V. Lubambo de Britto

José Sérgio Abrantes Furtado

José Henrique Firmino

Kerven Maciel Albuquerque



É permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.



Somos todos
PARAÍBA
Governo do Estado



Apresentação

Este documento apresenta os indicadores das metas para a educação contidos no Plano Estadual de Educação da Paraíba (LEI Nº 10.488/2015).

Espaço reservado para o secretário Cláudio

Cláudio Benedito Silva Furtado
SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Sumário

Apresentação	i
Lista de Siglas e Abreviaturas	iii
Lista de Figuras	iv
Lista de Tabelas	vi
1 Introdução	1
2 O Plano Estadual de Educação	4
3 Indicadores de Monitoramento	9
4 Resultado Global das Metas	14
5 Educação Básica	17
6 Modalidade de Ensino	27
7 Educação de Jovens e Adultos	34
8 Educação das Relações Étnico-raciais	40
9 Educação Superior	53
10 Formação de Profissionais de Educação	60
11 Gestão Democrática da Educação	69
12 Considerações Finais	73
Referências Bibliográficas	75

Lista de Siglas e Abreviaturas

ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
EAD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPT	Educação Profissional Técnica
ETI	Educação em Tempo Integral
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES	Instituições de Ensino Superior
EEF	Education Endowment Foundation
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NE	Nordeste
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PE	Pernambuco
PEE	Plano Estadual de Educação
PIB	Produto Interno Bruto
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SAEPE	Sistema de Avaliação Estadual do Estado de Pernambuco
Seduc-CE	Secretaria de Educação do Estado do Ceará
SEECT/PB	Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia
SGEST	Subgerência de Estatística
SICONFI	Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TGD	Transtornos Globais do Desenvolvimento

Lista Figuras

Figura 4.1	Evolução do IGD-E da Paraíba
Figura 5.1	Taxa de atendimento Escolar de 0 a 3 anos
Figura 5.2	Taxa de atendimento Escolar de 4 a 5 anos
Figura 5.3	Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3ºano do ensino fundamental
Figura 5.4	Índice de Desenvolvimento Sustentável da Paraíba por dimensão. 2019
Figura 5.5	Evolução do Índice de Desenvolvimento Sustentável da Paraíba por dimensão
Figura 5.6	Taxa de atendimento escolar de 15 a 17 anos de idade
Figura 5.7	Taxa de escolarização líquida no ensino médio da população de 15 a 17 anos
Figura 5.8	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Fundamental I
Figura 5.9	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Fundamental II
Figura 5.10	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ensino Médio
Figura 6.1	Taxa de escolas públicas com alunos em jornada de tempo integral
Figura 6.2	Taxa de alunos em jornada de tempo integral
Figura 6.3	Total de matrículas na Educação Profissional Técnica (EPT)
Figura 6.4	Participação do segmento público na expansão da EPT de nível médio
Figura 6.5	Taxa da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequentava a escola
Figura 6.6	Total de matrículas de cursos de graduação na modalidade EAD
Figura 7.1	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos
Figura 7.2	Escolaridade média da população da área rural de 18 a 29 anos
Figura 7.3	Razão percentual entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos
Figura 7.4	Taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais de idade
Figura 7.5	Taxa de analfabetismo funcional da população com 15 anos ou mais de idade
Figura 7.6	Percentual de matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na forma integrada à educação profissional.
Figura 8.1	Ideb Escolas Rurais - Fundamental I
Figura 8.2	IDEB Escolas Rurais - Fundamental II
Figura 8.3	Ideb Escolas Rurais - Médio
Figura 8.4	Indicador de implementação de educação em direitos humanos nas escolas estaduais
Figura 8.5	Taxa de gestões municipais que implementam a educação em direitos humanos nas escolas
Figura 8.6	Taxa de escolas que implementam a educação das relações étnico-raciais
Figura 8.7	Ideb de escolas em terras indígenas - Fundamental I
Figura 8.8	IDEB de escolas em terras indígenas - Fundamental II
Figura 8.9	Ideb de escolas em terras indígenas - Médio
Figura 8.10	Ideb de escolas em áreas de quilombos - Fundamental I

Figura 8.11	Ideb de escolas em áreas de quilombos - Fundamental II
Figura 8.12	Municípios da Paraíba com acampamentos ciganos fixos
Figura 8.13	Taxa de escolas públicas com projetos na área de Educação Ambiental
Figura 9.1	Taxa de escolarização bruta na graduação
Figura 9.2	Taxa de escolarização líquida na graduação
Figura 9.3	Participação do segmento público na expansão de matrículas de graduação
Figura 9.4	Taxa de funções docentes com mestrado ou doutorado na educação superior
Figura 9.5	Taxa de funções docentes com doutorado na educação superior
Figura 9.6	Número de títulos de mestrado concedidos anualmente
Figura 9.7	Número de títulos de doutorado concedidos anualmente
Figura 10.1	Taxa de adequação da formação docente - Infantil
Figura 10.2	Taxa de adequação da formação docente - Fundamental I
Figura 10.3	Taxa de adequação da formação docente - Fundamental II
Figura 10.4	Taxa de adequação da formação docente - Médio
Figura 10.5	Taxa de docentes da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu
Figura 10.6	Taxa de docentes da educação básica que realizaram cursos de formação continuada
Figura 10.7	Razão salarial entre professores da educação básica e não professores
Figura 10.8	Indicador de existência do Plano de Carreira e Remuneração (PCR) dos profissionais do magistério
Figura 10.9	Taxa de municípios que possuem Plano de Carreira e Remuneração (PCR) dos profissionais do magistério
Figura 11.1	Taxa de existência de colegiados intraescolares nas escolas públicas
Figura 11.2	Taxa de escolas públicas que selecionam diretores por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar
Figura 11.3	Taxa de investimento público em educação pública em relação ao PIB

Lista de Tabelas

Tabela 1	Descrição das Metas do Plano Estadual de Educação da Paraíba
Tabela 2	Descrição dos Indicadores das Metas
Tabela 3	Quadro Geral de Resultados das Metas
Tabela 4	Escolas com Alunos Pertencentes a Comunidades Ciganas na Paraíba

Introdução

O Brasil conseguiu praticamente universalizar a Educação Fundamental desde os anos 2000. Em 2011, aproximadamente 98,2% das crianças de 6 a 14 anos já estavam na escola; em 2019, essa cobertura já atingia 99,7% (Todos pela educação, 2019). Contudo, o desempenho do Brasil, comparado ao de países em níveis semelhantes de desenvolvimento, ainda é baixo. Os últimos dados disponíveis do PISA, de 2018, mostram o Brasil ocupando posições na parte inferior dos rankings de desempenho dos alunos por país nas provas de Leitura, Matemática e Ciências (PISA Brasil, 2020)¹. Ademais, a observação do desempenho do Brasil no tempo revela que não há evidências de melhoras significativas ao longo dos últimos 10 anos. Portanto, conquistada a quase universalização do Ensino Fundamental, a atenção se volta para a qualidade da educação, trazendo grandes desafios para gestores e formuladores de políticas públicas.

Alguns indicadores mostram o tamanho do desafio para a melhoria da educação no Brasil. Segundo dados do Anuário Brasileiro de Educação Básica (2020), a taxa de distorção idade-série é de 16,2% no Ensino Fundamental e de 26,2% no Ensino Médio. As taxas de conclusão apresentam níveis baixos quando comparados a outros países: de cada 100 alunos que ingressam na escola, 89 concluem o Ensino Fundamental I aos 12 anos; 78 concluem o Ensino Fundamental II aos 16 anos; e 65 concluem o Ensino Médio aos 19 anos. Tais indicadores são ainda menos favoráveis para alunos de níveis socioeconômicos mais baixos.

Apesar do desempenho médio nacional estar abaixo do esperado em comparação com outros países e da urgência em aumentar a qualidade e reverter os indicadores acima, há enorme heterogeneidade regional no país e até mesmo dentro das regiões e estados. Algumas políticas educacionais têm se destacado como experiências bem-sucedidas de elevação de desempenho por todo o país, em redes estaduais e municipais. Tais escolhas, em geral, estão atreladas a fa-

¹A principal base de dados internacional da atualidade é proveniente do Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (*Programme for International Student Assessment* - PISA), estudo comparativo realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para medir o desempenho em três domínios – Leitura, Matemática e Ciências – de estudantes de 15 anos de idade, assim como de dados destes estudantes sobre suas características familiares, atitudes em relação à aprendizagem e outros fatores internos e externos à escola. Na última edição, de 2018, o PISA teve 79 países como participantes, incluindo o Brasil que faz parte do programa desde sua primeira edição, em 2000. O PISA é aplicado e coordenado no Brasil pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e seus resultados são usados, por exemplo, pelo órgão para estabelecer metas de desempenho para os estudantes brasileiros do Plano Nacional de Educação (PNE), segundo o próprio relatório do Inep sobre o Pisa de 2018 (PISA Brasil, 2020).

tores de desempenho amplamente discutidos na literatura internacional e nacional e têm seus impactos avaliados sobretudo a partir de testes padronizados.

Diversas bases de dados internacionais, nacionais e estaduais, que incluem resultados de testes padronizados, permitiram o desenvolvimento de uma vasta literatura que aponta os fatores determinantes do desempenho educacional nos vários níveis de ensino. Através delas é possível acompanhar a trajetória acadêmica dos alunos e inferir, de fato, as políticas que geram efeitos positivos no aprendizado e em outras dimensões de ensino.

Documento do Inep intitulado Política e Plano de Dados Abertos, a mais recente para o biênio 2020-2021, relata 40 bases de dados da educação brasileira disponíveis no site do próprio órgão como, por exemplo, os dados da Avaliação Nacional da Educação Básica (Saeb), os dados da Prova Brasil, da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), do Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico (Ideb), do Censo Escolar da Educação Básica e do Censo da Educação Superior. Esses dados permitem o acompanhamento da educação no Brasil e a avaliação de políticas nacionais. A partir deles é que foram elaborados estudos como os de Barros et al. (2001), Soares (2004) e Menezes-Filho (2007), os quais apontam para a importância das características dos alunos, incluindo o perfil socioeconômico e educação dos pais para explicar as diferenças de desempenho entre alunos no Brasil.

A disponibilidade de dados e análises em plataformas e aplicativos para a educação segue tendência mundial. Alguns sistemas apresentam os resultados de pesquisas e dados através de plataformas desenvolvidas para um maior alcance de divulgação. Como exemplo, a plataforma do *International Initiative for Impact Evaluation* (2020), apresenta um mapa de evidências, permitindo um filtro por região, país, método, e população analisada, indicando de forma gráfica a confiança do estudo, sobre o impacto em diferentes resultados e a partir de diversas intervenções. Outra plataforma internacional, o *Education Endowment Foundation* (EEF), também mostra, através de gráficos, evidências sobre o ensino para a faixa etária de 5 a 16 anos, destacando, por símbolos, o custo da intervenção, a força da evidência e o período de impacto.

Existem alguns desafios para o uso de dados para decisões e avaliações de políticas educacionais. Primeiro, é necessária a sistematização dos dados e a compatibilização de diversas fontes de dados de esferas municipais e estaduais. Alguns estados possuem suas próprias bases de dados e metodologias para coleta, além de informações específicas obtidas por suas Secretarias Estaduais de Educação. Além disso, os estados fazem suas avaliações e têm sistemas próprios de acompanhamento de indicadores e de tomada de decisões de acordo com seus respectivos Planos Estaduais de Educação.

Um segundo desafio é a análise estratégica dos dados. Além da complementação de dados estaduais, a depender da política a ser formulada e analisada, é importante se ter um monitoramento ao longo do tempo dos dados do estado, a fim de se verificar as necessidades de políticas específicas e a futura avaliação das mesmas. Nessa perspectiva, os estados brasileiros têm desenvolvido suas próprias bases de dados e plataformas de divulgação dos mesmos, permitindo, além de maior acesso para a população e transparência das informações de toda a rede de educação, estudos e avaliações de políticas que possam contribuir para o setor.

A Paraíba tem buscado aperfeiçoar seu sistema de dados sobre educação. Observou-se, por exemplo, o aumento no volume de dados sobre o setor educacional, incluindo informações sobre gastos públicos, desempenho escolar e outros insumos escolares. Ainda, através do Sistema Saber, é possível analisar os registros administrativos e acadêmicos de alunos, professores, programas e gestores escolares.

O Plano Estadual de Educação da Paraíba (2015-2025) direciona todas as diretrizes das políticas de educação no estado, além de reforçar programas e ações que tenham como objetivo alcançar as metas de cobertura e expansão da qualidade no ensino. Nesse contexto, o Projeto EDUCIA visa monitorar os indicadores educacionais, avaliar os principais programas públicos para a educação e usar inteligência artificial para subsidiar a tomada de decisão. Além disso tem a finalidade de monitorar a eficácia de cada uma das metas estabelecidas pelo PEE, disponibilizando em aplicativos os principais resultados da avaliação.

Este relatório analisa os indicadores correspondentes a cada uma das metas estabelecidas no PEE da Paraíba. Para cada meta são apresentados os indicadores associados e sua correspondente taxa de eficácia. Além disso, são apresentados a evolução dos indicadores da Paraíba, comparados com a média da região Nordeste e de todos os estados do Brasil.

Destacam-se alguns indicadores educação do estado da Paraíba. Durante o período analisado, o percentual de escolas e alunos vinculados da educação em tempo integral no estado da Paraíba situava-se acima das médias da região nordeste e nacional. Tal fato, no entanto, deve ser acompanhado de uma análise mais ampla sobre os impactos esperados das políticas de educação em tempo integral da Paraíba sobre o aprendizado dos alunos. Apesar da Paraíba ainda apresentar o Ideb inferior nas etapas do Ensino Fundamental, o índice é superior no Ensino Médio, quando comparado com a média da região Nordeste. Os indicadores referentes à taxa de adequação da formação inicial e continuada dos profissionais da educação mostram que seu corpo docente tem uma formação superior comparativamente ao Nordeste para o Fundamental II e Ensino Médio, sendo neste último caso, também superior ao percentual considerado adequado para o Brasil. Esses indicadores são corroborados por aqueles da Meta 24, os quais evidenciam o percentual de docentes com pós-graduação na educação básica (maior que do Nordeste e Brasil) e que realizaram cursos de formação continuada. Por fim, observa-se que a taxa de investimento público em educação (Meta 28) encontrava-se bastante acima no Nordeste e do Brasil, evidenciando um maior incentivo para a melhoria da educação da Paraíba.

Através do acompanhamento e avaliação dos indicadores de metas estabelecidas no PEE aqui presentes, além da disponibilidade de dados e informações sobre a educação do estado da Paraíba, este documento busca auxiliar no desenho e implementação de políticas na área educacional. Entende-se, portanto, que este é um passo importante para a evolução contínua da educação no estado da Paraíba.

Além desta introdução, este documento está dividido em mais 5 seções. A seção 2 apresenta os principais elementos do Plano Estadual de Educação da Paraíba, descrevendo as metas e áreas da educação relacionadas. Na seção 3, são discutidos os indicadores utilizados para mensurar o desempenho na educação, a metodologia empregada na sua construção e as bases de dados utilizadas. Na quarta seção são discutidos os resultados globais da educação na Paraíba, colocando em perspectiva o desempenho em relação ao Nordeste e ao Brasil. Na seção 5 são apresentadas de forma detalhada as metas da educação e a evolução dos indicadores que quantificam o desempenho. Por fim, a seção 6 apresenta as considerações finais.

2

O Plano Estadual de Educação

O Plano Estadual de Educação do Estado da Paraíba (PEE/PB), alinhado com o Plano Nacional de Educação (PNE), é o principal instrumento norteador das políticas, programas e ações de Estado que são desenvolvidos para que haja a oferta de uma educação de qualidade e equânime em relação aos direitos dos sujeitos envolvidos. Instituído pela Lei 10.488, de 23 de junho de 2015, o documento estabelece 28 metas para serem cumpridas no decênio 2015-2025. O PEE foi organizado em 5 tópicos principais:

- **Educação básica;**
- **Educação superior;**
- **Formação e valorização dos profissionais da educação;**
- **Gestão democrática da educação;**
- **Financiamento da educação.**

Além destas áreas, foram incluídos no primeiro tópico a educação para a cultura dos direitos humanos, das relações étnico-raciais e de educação ambiental. Neste sentido, o PEE realçou, de forma especial, a diversidade, com ênfase na educação escolar indígena e na educação escolar quilombola. Como consequência desta estrutura, o PEE apresenta 28 metas, sendo 20 correspondentes àquelas do Plano Nacional de Educação (PNE), algumas com adequações à realidade local, e 8 metas criadas exclusivamente para atender às especificidades anteriormente evidenciadas, ou para contemplar as modalidades de ensino, individualmente, por meta.

O PEE reflete o cenário de avanços e de desafios da educação na Paraíba, considerando que a apresentação das metas e estratégias na legislação, indica que o esforço concentrado dos múltiplos responsáveis pelas políticas de educação no Estado, alicerçado no regime de colaboração entre os entes federados, preconizado tanto pela Constituição Federal de 1988 quanto pela Lei nº 9.394, de 26 de 1996 - LDB e pelo próprio PNE, é o caminho para o enfrentamento destes desafios, na busca de uma educação de qualidade, inclusiva e democrática.

A fim de realizar o monitoramento e avaliação das metas do PEE/PB, a SEECT/PB propôs a criação de um projeto de pesquisa a ser desenvolvido pelo LEMA-UEPB, sob intermédio da FA-PESQ e colaboração da assessoria pedagógica e de tecnologia da informação da SEECT/PB, com

o objetivo de sistematizar indicadores de múltiplas fontes de dados e desenvolver um modelo de medição do desempenho dos resultados do Sistema Estadual de Educação, norteador de forma mais efetiva o acompanhamento da execução das metas.

Esse exercício é necessário levando-se em consideração que os indicadores aqui apresentados são do Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE: Biênio 2017-2018, produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) que, segundo a Lei Federal nº 13.005, é o responsável por publicar, a cada dois anos, estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no PNE e PEEs.

O quadro a seguir traz uma breve descrição de todas as metas do Plano Estadual de Educação da Paraíba (PNE) e as respectivas correspondências com o Plano Nacional de Educação (PNE).

Tabela 1: Descrição das Metas do Plano Estadual de Educação da Paraíba

PPE	PNE	Descrição da Meta	Área
1	1	Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, progressivamente, 60% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PEE.	Educação Infantil
2	2	Universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PEE.	Ensino Fundamental
3	5	Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental.	Alfabetização Infantil
4	3	Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 70%, até o final do período de vigência deste PEE.	Ensino Médio
5	6	Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos (as) alunos (as) da educação básica.	Educação em Tempo Integral
6	11	Triplificar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
7	4	Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, como a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.	Educação Especial

8	8	Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo no último ano de vigência deste PEE, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).	Escolaridade Média de Adultos
9	9	Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais de idade para 85,8% até 2017 e, até o final da vigência deste PEE, reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.	Alfabetização e Alfabetismo Funcional de Jovens e Adultos
10	10	Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.	Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional
11		Ampliar a oferta, garantir a permanência e melhorar a qualidade da educação do campo.	Educação Escolar do Campo
12		Ampliar a oferta de cursos de educação a distância nas diversas etapas e modalidades de ensino no Estado da Paraíba, triplicando até o final de vigência deste PEE.	Educação a Distância
13		Implementar a educação em direitos humanos em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino na Paraíba.	Educação em Direitos Humanos
14		Implementar a educação das relações étnico-raciais, garantindo o cumprimento da Lei 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino no estado da Paraíba.	Educação das Relações Étnico-Raciais
15		Ampliar a oferta, garantir a permanência e melhorar a qualidade da educação escolar indígena.	Educação Escolar Indígena
16		Ampliar a oferta, garantir o acesso e a permanência, melhorando a qualidade da educação escolar quilombola.	Educação Escolar Quilombola
17		Ampliar a oferta, garantir o acesso e a permanência e melhorar a qualidade da educação escolar cigana na Paraíba, considerando os grupos fixados.	Educação Escolar Cigana
18		Implementar a educação ambiental, garantindo o cumprimento da Lei 9.795/1999 (Política Nacional de Educação Ambiental) em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino na Paraíba.	Educação Ambiental

19	7	Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem.	Qualidade da Educação Básica
20	12	Elevar a Taxa Bruta de matrícula na educação superior para 50% e a Taxa Líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.	Elevação das Matrículas na Educação Superior
21	13	Elevar, no Estado da Paraíba, a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.	Titulação de Docentes da Educação Superior
22	14	Ampliar o número de mestres e doutores na Paraíba, a fim de contribuir com a União na elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores.	Pós-Graduação Stricto Sensu
23	15	Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PEE, política estadual de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os docentes da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, até o final de vigência deste PEE.	Formação Inicial de Professores
24	16	Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.	Formação Continuada e Pós-Graduação
25	17	Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PEE.	Valorização Salarial dos Profissionais do Magistério da Educação Básica
26	18	Assegurar, no prazo de 4 anos, a existência de Planos de Carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o Plano de Carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.	Planos de Carreira para os Profissionais da Educação Básica e Superior Pública

27	19	Assegurar, no prazo de 2 anos, condições para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, com apoio técnico e financeiro da União, do Estado e dos municípios.	Gestão Democrática da Educação
28	20	Ampliar o investimento público em educação pública, em colaboração com a União e com os municípios, de modo a alcançar 10% do PIB até o final do decênio.	Financiamento da Educação

Indicadores de Monitoramento

Para a construção dos indicadores de acompanhamento das metas relacionadas ao Plano Estadual de Educação da Paraíba foram utilizadas informações de diversas bases de dados nacionais. Em relação à educação básica, utiliza-se os dados do Censo Escolar, compilados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em relação aos indicadores de desempenho educacional básico das escolas, foram coletadas as informações do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) para cada etapa de ensino e para cada grupo específico. Tal índice é composto pelos dados de aprovação escolar, provenientes do Censo Escolar, e pelas médias de desempenho dos alunos obtidas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Quanto às informações referentes ao ensino superior no país, a principal base de dados é o Censo da Educação Superior, também fornecido pelo Inep. Através dos seus registros, são coletadas informações sobre a infraestrutura básica das instituições de ensino superior, o número de vagas ofertadas, o número de matrículas efetivas, o perfil dos ingressantes, dos concluintes e dos docentes. Ainda, são utilizadas as informações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para obter o número de títulos de mestrado e doutorado emitidos no país a cada ano, a exemplo da meta 22 do PEE.

Além das bases de dados de educação, foram utilizadas informações do ESTADIC, disponibilizado pelo IBGE, a fim de analisar os planos de carreira e remuneração nos estados e municípios. Por fim, informações do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SINCOFI) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) foram utilizados para informações de investimento público em educação.

A metodologia utilizada para a construção dos indicadores consiste basicamente na comparação quantitativa entre a taxa de cobertura e a meta específica estabelecida pelo PEE¹. Tomemos como exemplo a meta 2 do plano. Tal meta consiste na universalização do ensino fundamental, com duração de 9 anos, para toda população em idade escolar entre 6 a 14 anos. Além disso,

¹ Alguns indicadores do PEE possuem caráter qualitativo, como, por exemplo, a meta 6 que relacionados à qualidade da oferta de ensino nos níveis profissional técnico e médio. Embora elementos subjetivos possam não estar sendo captados diretamente pelos indicadores, a escolha metodológica está fundamentada na possibilidade de mensuração efetiva e no acompanhamento sistemático da sua evolução.

a meta estabelece a garantia de que pelo menos 95% dos alunos matriculados concluam essa etapa de ensino na idade esperada. Desta forma, dois indicadores são necessários: a proporção de alunos entre 9 e 14 anos matriculados no ensino básico em relação ao total da população do estado nesta faixa etária; e a taxa de distorção idade-série². Desta forma, é possível acompanhar a evolução dos indicadores ao longo do tempo, conforme disponibilidade dos dados.

Através dos indicadores que compõem as metas do PEE é possível calcular a sua taxa de eficácia. A taxa de eficácia consiste em uma média ponderada da cobertura das metas individuais. Seu valor pertence ao intervalo de 0 a 100%. Quanto mais próximo de 0, maior a distância entre o valor do indicador e a sua meta, o que indica uma baixa eficácia. Quanto mais próximo de 100%, por sua vez, o indicador se encontra num valor próximo a sua meta, indicando uma alta eficácia.

Alguns pontos específicos merecem destaque.

Tabela 2: Descrição dos Indicadores das Metas

Met	Área	Indicador	Fonte
1	Educação Básica	Taxa de atendimento escolar de 0 a 3 anos de idade;	PNAD
		Taxa de atendimento escolar de 4 a 5 anos de idade.	PNAD
2	Ensino Fundamental	Taxa de atendimento escolar de 6 a 14 anos de idade;	PNAD
		Taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental.	EDUCACENSO
3	Alfabetização Infantil	Taxa de Alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do ensino fundamental.	PNAD
4	Ensino Médio	Taxa de Alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do ensino fundamental;	PNAD
		Taxa de atendimento escolar de 15 a 17 anos de idade.	PNAD
5	Educação em Tempo Integral	Taxa de escolas públicas com alunos em jornada de tempo integral;	CENSO ESCOLAR
		Taxa de alunos em jornada de tempo integral.	CENSO ESCOLAR
6	Educação Profissional Técnica de Nível Médio	Total de matrículas na Educação Profissional Técnica (EPT);	CENSO ESCOLAR
		Participação do segmento público na expansão da EPT de nível médio.	CENSO ESCOLAR
7	Educação Especial	Atendimento escolar de pessoas com deficiência	CENSO

²A taxa de distorção idade-série é a proporção de alunos com pelo menos 2 anos de atraso escolar em comparação à série que seria prevista para a sua idade.

8	Escolaridade Média de Adultos	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos;	CENSO ESCOLAR
		Escolaridade média da população da área rural de 18 a 29 anos;	PNAD
		Razão percentual entre a escolaridade média de negros e não negros.	PNAD
9	Alfabetização e Alfabetismo Funcional de Jovens e Adultos	Taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais de idade;	PNAD
		Taxa de analfabetismo funcional da população com 15 anos ou mais de idade.	PNAD
10	Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional	Percentual de matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na forma integrada à educação profissional.	PNAD
11	Educação Escolar do Campo	Expansão de matrículas na área rural;	CENSO ESCOLAR
		Ideb Escolas Rurais - Fundamental I;	Ideb
		Ideb Escolas Rurais - Fundamental II;	Ideb
		Ideb Escolas Rurais - Médio.	Ideb
12	Educação a Distância	Total de matrículas de cursos de graduação na modalidade EAD.	CENSO SUPERIOR
13	Educação dos dos Direitos Humanos	Educação em Direitos Humanos - Estado;	ESTADIC
		Educação em Direitos Humanos - Municípios.	ESTADIC
14	Educação das Relações Étnico-Raciais	Taxa de escolas que implementam a educação das relações étnico-raciais.	CENSO SUPERIOR
15	Educação Escolar Indígena	Ideb Escolas em terras indígenas - Fund. I;	Ideb
		Ideb Escolas em terras indígenas - Fund. II;	Ideb
		Ideb Escolas em terras indígenas - Médio.	Ideb
16	Educação Escolar Quilombola	Ideb Escolas em áreas de quilombos - Fund. I;	Ideb
		Ideb Escolas em áreas de quilombos - Fund. II;	Ideb
		Ideb Escolas em áreas de quilombos - Médio.	Ideb
18	Educação Ambiental	Taxa de escolas públicas com projetos na área de Educação Ambiental.	SAEB
19	Qualidade da Educação Básica	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Fund. I;	Ideb
		Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Fund. II;	Ideb
		Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Médio.	Ideb

20	Elevação das Matrículas na Educação Superior	Taxa de escolarização bruta na graduação; Taxa de escolarização líquida na graduação; Participação do segmento público na expansão de matrículas de graduação.	PNAD PNAD CENSO SUPERIOR
21	Titulação de Docentes da Educação Superior	Taxa de funções docentes com mestrado ou doutorado na educação superior; Taxa de funções docentes com doutorado na educação superior.	CENSO SUPERIOR CENSO SUPERIOR
22	Pós-Graduação Stricto Sensu	Número de títulos de mestrado concedidos anualmente; Número de títulos de doutorado concedidos anualmente.	CAPES CAPES
23	Pós-Graduação Stricto Sensu	Número de títulos de mestrado concedidos anualmente; Número de títulos de doutorado concedidos anualmente.	CAPES CAPES
24	Formação Continuada e Pós-Graduação	Taxa de docentes da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu; Taxa de docentes da educação básica que realizaram cursos de formação continuada.	CENSO ESCOLAR CENSO ESCOLAR
25	Valorização Salarial dos Profissionais do Magistério da Educação Básica	Razão salarial entre professores da educação básica e não professores.	PNAD
26	Plano de Carreira e Remuneração	Indicador de existência do Plano de Carreira e Remuneração (PCR); Taxa de municípios que possuem Plano de Carreira e Remuneração (PCR).	ESTADIC ESTADIC
27	Gestão Democrática da Educação	Taxa de existência de colegiados intraescolares nas escolas públicas; Taxa de escolas públicas que selecionam diretores por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar.	CENSO ESCOLAR CENSO ESCOLAR
28	Investimento Público em Educação	Taxa de investimento público em educação pública em relação ao PIB.	SINCOFI, STN, IBGE, Inep

Das 28 metas previstas no PEE, apenas uma não foi possível ser acompanhada neste relatório. Trata-se da meta 17, referente à efetivação dos direitos à educação inclusiva das comunidades ciganas. Embora haja preocupação para garantir qualidade educacional a este grupo étnico, não há informações disponíveis sobre a identificação das escolas com características e contexto de ensino para este grupo étnico-racial.

Alguns pontos referentes a construção dos indicadores merecem destaque. Primeiro, os indicadores são construídos e calculados conforme a disponibilidade dos dados e informações sobre educação, podendo ser apresentados para períodos de tempo distintos. Como exemplo, as metas relaciona à educação étnico-racial está disponível apenas a partir de 2019, enquanto que outras metas foram ser calculadas anualmente durante todo o período compreendido entre 2013 e 2019. Segundo, as metas dependentes do Censo Demográfico ou do Munic (IBGE), a exemplo das metas 7 e 13, estão sujeitas a apenas uma observação no tempo, dado que estas pesquisas são realizadas de forma menos frequente e sistemática.

Cálculo do Índice Global de Desenvolvimento da Educação (IGD-E)

A fim de criar um indicador sintético que reflita o comportamento de forma integrada das metas do Plano Estadual de Educação, foi criado o Índice Global de Desenvolvimento da Educação (IGD-E) do Estado da Paraíba. Baseando-se na agregação de informações por meio de um número índice, expresso em uma escala específica entre 0 e 100, que possui atributos desejáveis para uma comparação intertemporal dos dados para uma ou mais unidades, o IGD-E cumpre um importante papel para o monitoramento e avaliação do desenvolvimento do PEE no estado da Paraíba.

O IGD-E_{*i,t*} é calculado em dois estágios, a saber:

1. O valor de cada indicador é normalizado para uma escala linear de 0 a 100, tendo por base o critério de eficácia – o nível de cumprimento de uma meta estipulada no plano. Para as metas que não possuem metas explicitamente definidas, foi usado o valor do percentil 75 no período de linha de base das 27 unidades federativas estados para indicadores com direção positiva (como atendimento escolar). Já para aqueles com direção negativa, usou-se o valor do percentil 25 para fins de normalização dos dados.
2. Os valores normalizados dos indicadores são agregados pela aplicação de uma média aritmética simples, a partir dos níveis de eficácias dos indicadores de cada meta, conforme a equação abaixo.

$$\text{IGD-E}_{i,t}(N_i, N_{i,j}, I_{i,j,k,t}) = \sum_{j=1}^{N_i} \frac{1}{N_i} \sum_{k=1}^{N_{i,j}} \frac{1}{N_{i,j}} I_{i,j,k,t} \quad (3.1)$$

Onde: IGD-E_{*i,t*} é o índice para o estado *i*, no período *t*; *N_i* é o número de metas para os quais há informações disponíveis para o estado *i*; *N_{i,j}* é o número de indicadores da meta *j* para os quais há informações disponíveis; e *I_{i,j,k,t}* denota o valor normalizado do indicador *k*, da meta *j*, no estado *i* e no período *t*.

É importante ressaltar que o valor global do índice IGD-E_{*i,t*}, bem como o valor das eficácias por meta e dimensões, apresentados nos capítulos a seguir, devem se alterar, na medida em que novos indicadores sejam acrescentados.

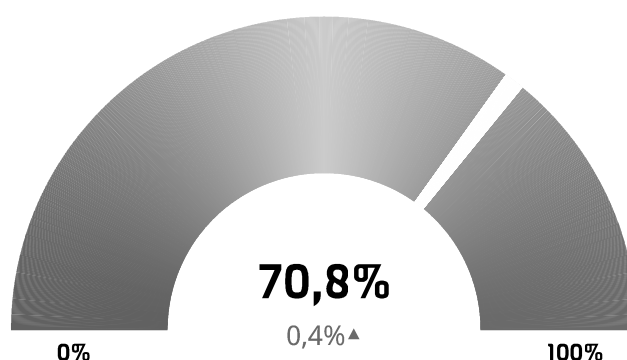
4

Resultado Global das Metas

Esta seção apresenta, de forma resumida, o resultado global das metas para a educação e a evolução dos indicadores utilizados no monitoramento.

O Índice Global de Desenvolvimento da Educação (IGD-E)

A fim de facilitar o entendimento sobre a eficácia dos indicadores em relação às metas propostas pelo PEE, foi construído o Índice Global de Desenvolvimento da Educação (IGD-E). Trata-se de um valor, pertencente ao intervalo entre 0 e 1 (ou 0 e 100%), que mostra a proximidade entre a situação atual de uma meta com o valor a ser atingido. Neste caso é possível agrupar todos os indicadores e examinar sua evolução ao longo do tempo.

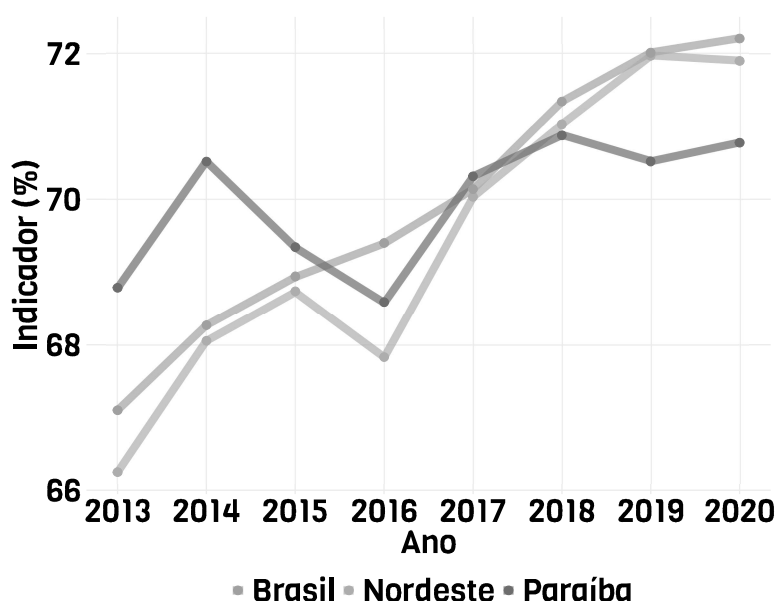


Conforme representado acima, o Índice Global de Desenvolvimento da Educação (IGD-E) para o ano de 2020 é de, aproximadamente, 71%. Tal índice apresentou um aumento de 0,4% em relação ao ano anterior. Em termos comparativos, a Paraíba possui desempenho semelhante à média dos estados do nordeste e da média nacional, ambos com valores em torno de 72%. Embora

ainda sejam grandes os desafios para a educação no estado, a Paraíba apresenta desempenho convergente às demais unidades da federação. O IGD-E, no entanto, está sujeito à alterações caso os indicadores que o compõem sejam atualizados ou, ainda, novos indicadores sejam adicionados no seu cálculo. Ainda, a possibilidade de atualização do índice depende, primordialmente, da disponibilidade de dados e informações que possam ser acompanhadas ao longo do tempo.

Uma forma mais intuitiva de apresentar os resultados da situação das metas é acompanhar a evolução Paraíba ao longo do tempo. A figura 4.1 apresenta a trajetória do IGD-E da Paraíba entre os anos de 2013 e 2020, comparando-a com as médias da região nordeste e do Brasil.

Figura 4.1: Evolução do IGD-E da Paraíba



Conforme apresentado, percebe-se que, até 2015, o IDG-E da Paraíba era superior às médias da região nordeste e do Brasil. No entanto, o índice apresentava uma trajetória decrescente, atingindo seu menor nível em 2016. Neste mesmo período, as taxas de educação para o Nordeste e para o Brasil apresentaram uma evolução consistente. A partir de 2016, houve uma retomada na melhoria da situação do estado, apresentando um valor convergente com as demais regiões do país.

Em seguida, apresentamos os resultados consolidados dos indicadores de desempenho. Para facilitar a compreensão dos resultados, as metas foram agrupadas de acordo com a área específica. O grupo **Educação Básica** compreende as metas de cobertura e qualidade do ensino fundamental e médio. A categoria **Modalidade de Ensino** contempla os indicadores e metas relacionados à educação em tempo integral, ensino profissional técnico, educação à pessoas portadoras de deficiência e educação a distância. A **Educação de Jovens e Adultos (EJA)** agrega as metas de alfabetização e de escolaridade média da população de jovens e adultos. A **Educação das Relações Étnico-Raciais** apresenta os resultados para subgrupos específicos, tais como a população de áreas rurais, grupos indígenas, população quilombola, população cigana fixa, além da existência de modalidades de ensino sobre direitos humanos, relações étnico-raciais e educação ambiental. O grupo **Educação Superior** agrega os indicadores relacionados à expansão de matrículas e expansão de graduados e pós-graduados no estado. A **Formação de Profissionais de**

Educação acompanha a metas relacionadas a adequação da formação docente nas diferentes etapas de ensino, a formação continuada de profissionais da educação, a valorização profissional e a existência de planos de carreiras e remunerações da educação básica e superior. Por fim, a **Gestão Democrática da Educação** abrange as metas associadas à gestão escolar baseada em critérios técnicos e de méritos, além dos indicadores de ampliação do investimento público em educação no estado da Paraíba. Na tabela a seguir são apresentados os resultados das metas.

Tabela 3: Quadro Geral de Resultados das Metas

Meta	Descrição da Meta	Situação	Variação
EDUCAÇÃO BÁSICA			
1	Atendimento escolar no ensino infantil	74,6%	4,7%▲
2	Atendimento escolar no ensino fundamental	61,1%	62,5%▼
3	Taxa de alfabetização no ensino médio	98,1%	-0,6%▼
4	Atendimento escolar	84,4%	-2,8%▼
19	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica	94,2%	3%▲
MODALIDADE DE ENSINO			
5	Educação em tempo integral	65,4%	-8,9%▼
6	Educação técnica de nível médio	81,5%	5,6%▲
7	Atendimento escolar de pessoas com deficiência	80,0%	0%
12	Educação a distância	24,8%	-13,1%▼
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS			
8	Escolaridade média	87,0%	1,2%▲
9	Taxa de alfabetização	79,7%	0,6%▲
10	Percentual de matrículas	1,7%	-43,9%▼
EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS			
11	Educação escolar do campo	98,1%	1%▲
13	Educação dos direitos humanos	84,1%	0%
14	Educação das relações étnico-Raciais	7,4%	12,4%▲
15	Educação escolar indígena	83,7%	-6,3%▼
16	Educação escolar quilombola	94,3%	-4,5%▼
17	Educação escolar cigana		
18	Educação ambiental	73,0%	-17,3%▼
EDUCAÇÃO SUPERIOR			
20	Matrículas no ensino superior	45,1%	-2,3%▼
21	Titulação de docentes: mestrado e doutorado	100%	0%▼
22	Pós-graduação: número de mestres e doutores	94,9%	2,5%▲
FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO			
23	Taxa de adequação da formação docente	57,6%	6,6%▲
24	Taxa de docentes com pós-graduação ou formação continuada	73,6%	8,4%▲
25	Razão salarial entre professores e não professores	65,0%	2,5%▲
26	Plano de Carreira e Remuneração (PCR)	100%	2,3%▲
GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO			
27	Gestão escolar: colegiado e diretores	0,2%	-59,3%▼
28	Investimento público em educação	100%	0%

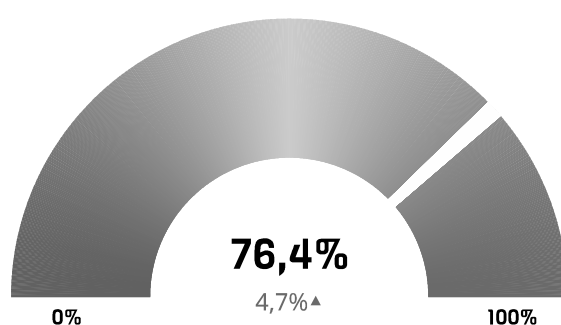
Educação Básica



Meta 1

“Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, 60% das crianças de até 3 anos até o final da vigência do PEE.”

Situação da Meta



Indicadores da Meta

Atendimento escolar de 0 a 3 anos

VALOR (2019): 34,5%

META: 60%

Atendimento escolar de 4 a 5 anos

VALOR (2019): 95,3%

META: 100%

Evolução dos Indicadores

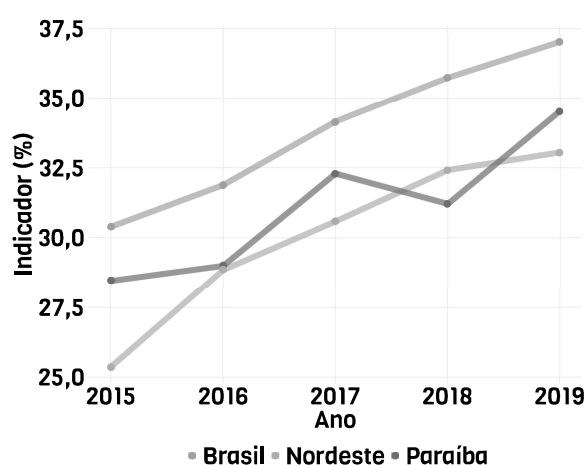


Figura 5.1: Taxa de atendimento Escolar de 0 a 3 anos

O indicador representa a proporção de crianças de 0 a 3 anos de idade que frequentam a escola em relação à população total dessa faixa etária. Esse indicador pode incluir o atendimento escolar não formal, visto sua origem ser de uma pesquisa de amostragem domiciliar. Destaca-se que esse indicador informa apenas se essa população tem acesso ou não à educação, não captando outros fatores relacionados à qualidade da oferta de ensino.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

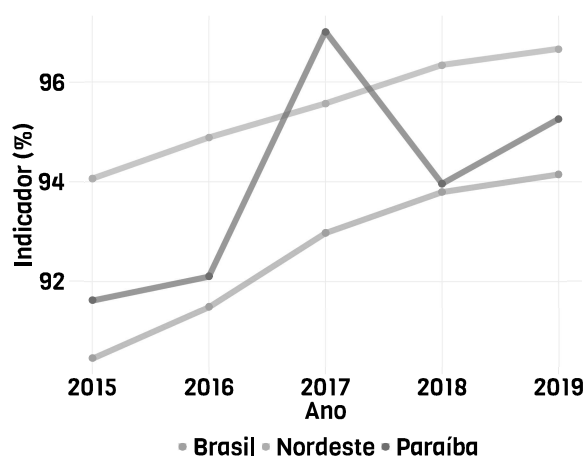


Figura 5.2: Taxa de atendimento Escolar de 4 a 5 anos

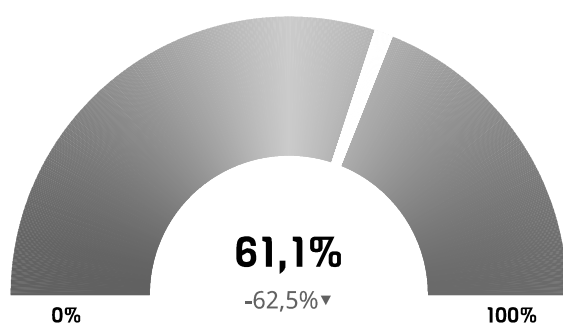
O indicador representa a proporção de crianças de 4 a 5 anos de idade que frequentam a escola em relação à população total dessa faixa etária. Esse indicador pode incluir o atendimento escolar não formal, visto sua origem ser de uma pesquisa de amostragem domiciliar. Destaca-se que esse indicador informa apenas se essa população tem acesso ou não à educação, não captando outros fatores relacionados à qualidade da oferta de ensino.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Meta 2

“Universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PEE.”

Situação da Meta



Indicadores da Meta

Atendimento escolar de 6 a 14 anos

VALOR (2019): 99,4%

META: 100%

Distorção idade-série - Fundamental

VALOR (2020): 22%

META: 5%

Evolução dos Indicadores

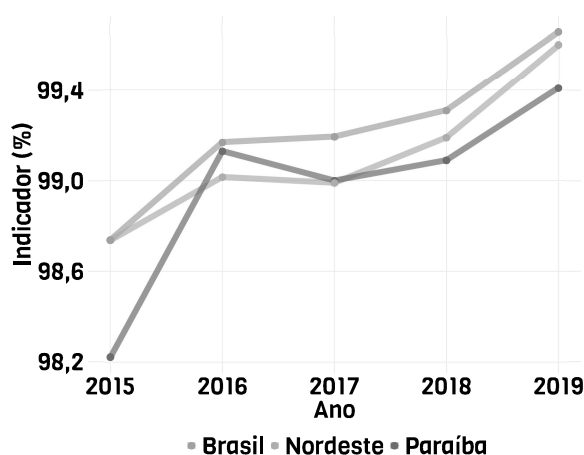


Figura 5.3: Taxa de Alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do ensino fundamental

O indicador representa a proporção de crianças de 6 a 14 anos de idade que frequentam a escola em relação à população total dessa faixa etária. Esse indicador pode incluir o atendimento escolar não formal, visto sua origem ser de uma pesquisa de amostragem domiciliar. Destaca-se que esse indicador informa apenas se essa população tem acesso ou não à educação, não captando outros fatores relacionados à qualidade da oferta de ensino.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

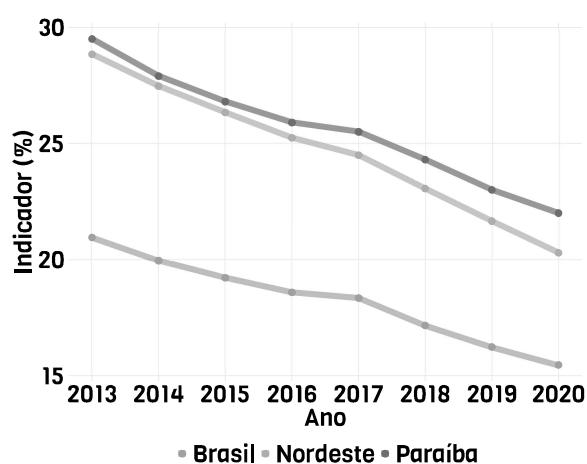


Figura 5.4: Taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental

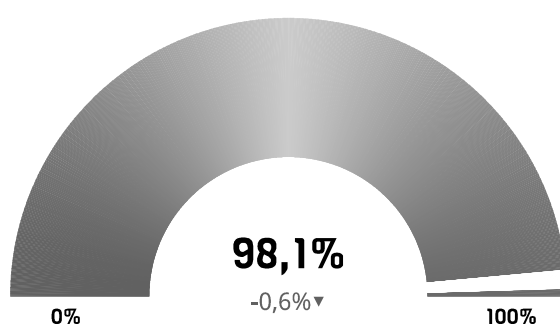
A taxa de distorção idade-série é um indicador educacional que permite acompanhar o percentual de alunos, em cada série, que têm idade acima da esperada para o ano em que estão matriculados. Esse indicador mede a eficiência e rendimento da rede escolar. O currículo e os conteúdos escolares têm como um dos critérios de organização a idade. Atualmente, considera-se seis anos a idade adequada para ingresso no Ensino Fundamental, com duração de nove anos. A taxa é medida anualmente e é composta de uma fórmula que considera o número de matrículas dentro e fora da idade recomendada.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Meta 3

“Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental.”

Situação da Meta



Indicadores da Meta

Taxa de alfabetização de crianças

VALOR (2019): 98,1%

META: 100%

Evolução dos Indicadores

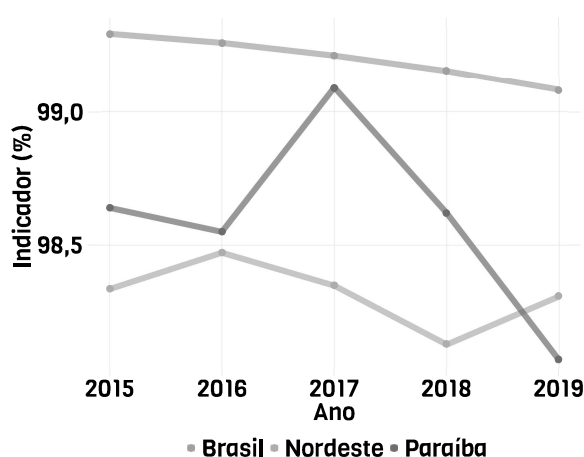


Figura 5.5: Taxa de Alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do ensino fundamental

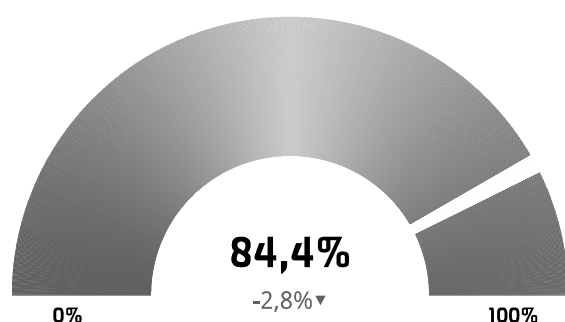
Taxa de Alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do ensino fundamental. Esse indicador é construído a partir de dados amostrais da PNAD/IBGE.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Meta 4

“Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 70%, até o final do período de vigência do PEE.”

Situação da Meta



Indicadores da Meta

Atendimento escolar de 15 a 17 anos

VALOR (2019): 84,7%

META: 100%

Taxa de escolarização líquida no ensino médio

VALOR (2019): 58,8%

META: 70%

Evolução dos Indicadores

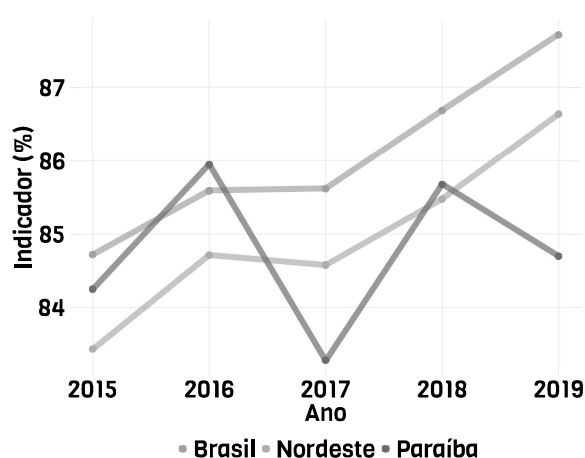


Figura 5.6: Taxa de atendimento escolar de 15 a 17 anos de idade

O indicador representa a proporção de crianças de 15 a 17 anos de idade que frequentam a escola em relação à população total dessa faixa etária. Esse indicador pode incluir o atendimento escolar não formal, visto sua origem ser de uma pesquisa de amostragem domiciliar. Destaca-se que esse indicador informa apenas se essa população tem acesso ou não à educação, não captando outros fatores relacionados à qualidade da oferta de ensino.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

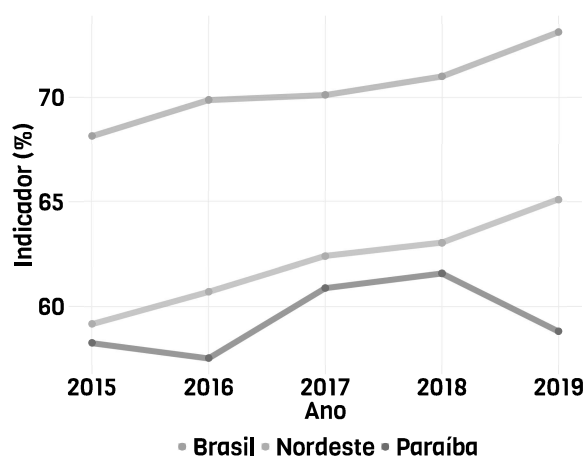


Figura 5.7: Taxa de escolarização líquida no ensino médio da população de 15 a 17 anos

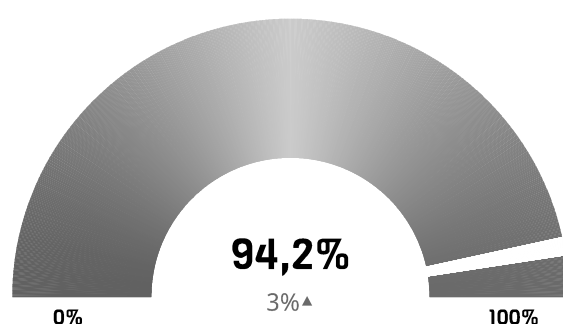
Taxa de escolarização líquida no ensino médio da população de 15 a 17 anos. O Indicador expressa o percentual de jovens de 15 a 17 anos de idade que frequentam o ensino médio ou que já concluíram a educação básica.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Meta 19

“Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem.”

Situação da Meta



Indicadores da Meta

Ideb - Fundamental I

VALOR (2019): 5,4

META: 5,0

Ideb - Fundamental II

VALOR (2019): 4,3

META: 4,5

Ideb - Ensino Médio

VALOR (2019): 4,0

META: 4,6

Evolução dos Indicadores

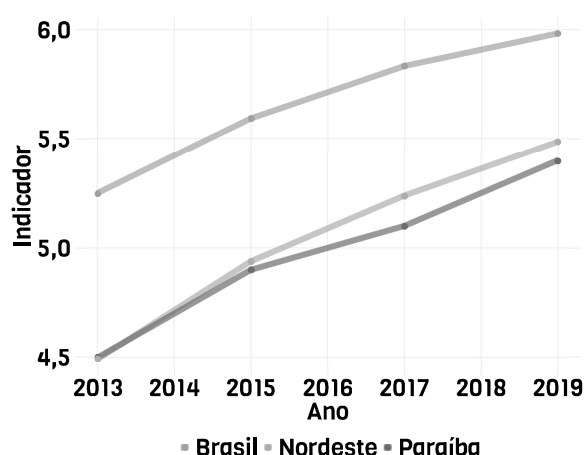


Figura 5.8: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Fundamental I

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da primeira fase do Ensino Fundamental mensura o desempenho do sistema educacional brasileiro a partir da combinação entre a proficiência obtida pelos estudantes em avaliações externas de larga escala (Saeb) e a taxa de aprovação. Essas duas dimensões refletem problemas estruturais da educação básica brasileira, que precisam ser aprimoradas para a melhoria da qualidade educacional do país

Fonte: Ideb, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

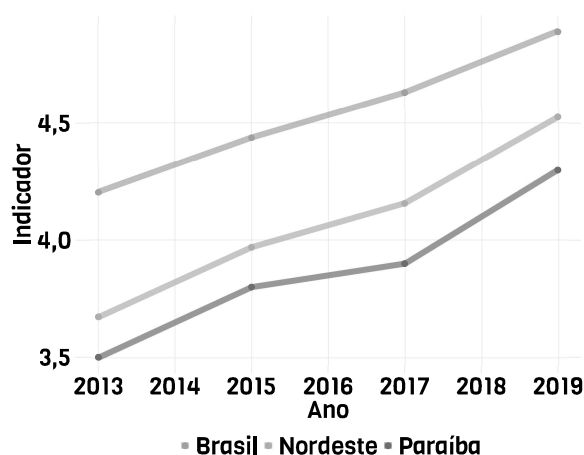


Figura 5.9: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Fundamental II

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da segunda fase do Ensino Fundamental mensura o desempenho do sistema educacional brasileiro a partir da combinação entre a proficiência obtida pelos estudantes em avaliações externas de larga escala (Saeb) e a taxa de aprovação. Essas duas dimensões refletem problemas estruturais da educação básica brasileira, que precisam ser aprimoradas para a melhoria da qualidade educacional do país.

Fonte: Ideb, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

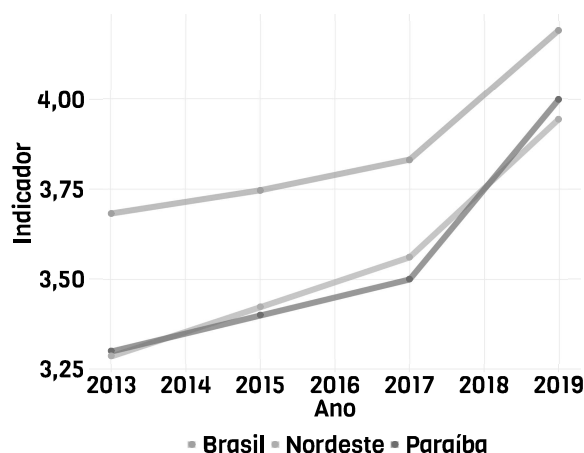


Figura 5.10: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ensino Médio

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do Ensino Médio mensura o desempenho do sistema educacional brasileiro a partir da combinação entre a proficiência obtida pelos estudantes em avaliações externas de larga escala (Saeb) e a taxa de aprovação. Essas duas dimensões refletem problemas estruturais da educação básica brasileira, que precisam ser aprimoradas para a melhoria da qualidade educacional do país.

Fonte: Ideb, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

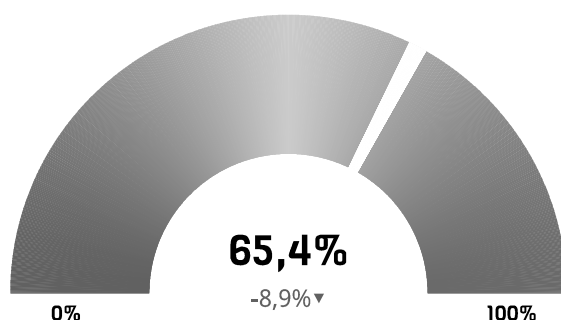
Modalidade de Ensino



Meta 5

“Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da educação básica.”

Situação da Meta



Indicadores da Meta

Escolas em tempo integral

VALOR (2020): 22,2%

META: 50%

Alunos em tempo integral

VALOR (2020): 21,6%

META: 25%

Evolução dos Indicadores

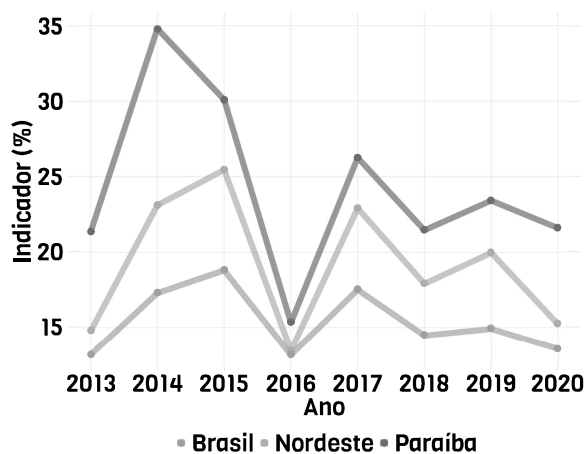


Figura 6.1: Taxa de escolas públicas com alunos em jornada de tempo integral

Percentual de escolas públicas da educação básica que possuem pelo menos 25% dos alunos do público alvo da Educação em Tempo Integral (ETI) em jornada de tempo integral. Para definir tempo integral, foi considerado nos casos em que os alunos apresentaram uma jornada média diária de ao menos sete horas. É válido ressaltar, que o conceito de Educação Integral assume a organização de atividades com base em um projeto pedagógico e não apenas o cumprimento da carga horária, porém esta dimensão não é captada pelo presente indicador.

Fonte: Censo da Educação Básica, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

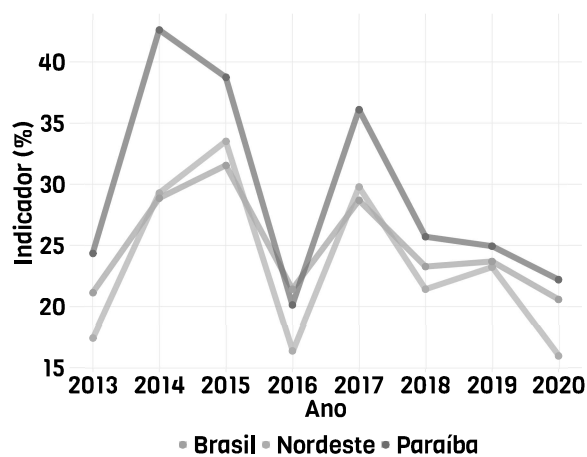


Figura 6.2: Taxa de alunos em jornada de tempo integral

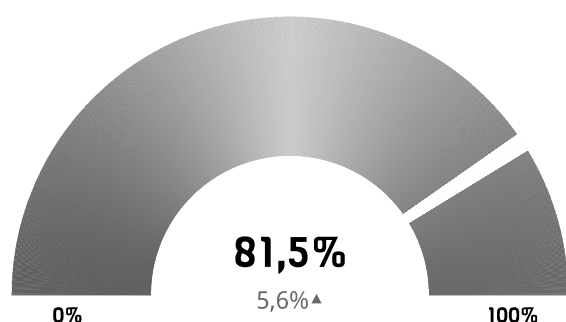
Percentual de alunos da educação básica pública que pertencem ao público alvo da Educação em Tempo Integral (ETI) e que estão em jornada de tempo integral. Para definir tempo integral, foi considerado nos casos em que os alunos apresentaram uma jornada média diária de ao menos sete horas. É válido ressaltar, que o conceito de Educação Integral assume a organização de atividades com base em um projeto pedagógico e não apenas o cumprimento da carga horária, porém esta dimensão não é captada pelo presente indicador.

Fonte: Censo da Educação Básica, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Meta 6

“Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público”

Situação da Meta



Indicadores da Meta

Matrículas na Educação Profissional Técnica
VALOR (2020): 38.086
META: 60.390

Participação do segmento público na EPT
VALOR (2020): 99,8%
META: 50%

Evolução dos Indicadores

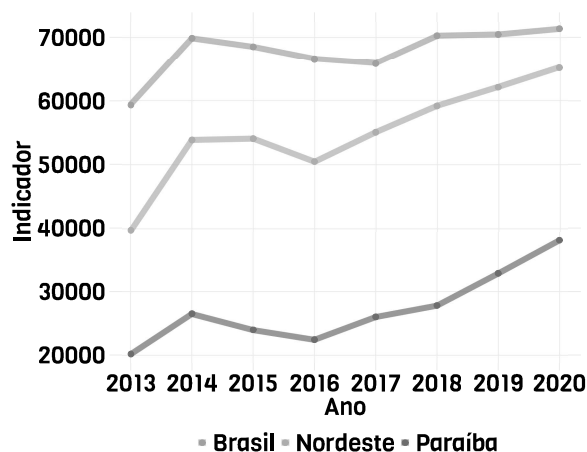


Figura 6.3: Total de matrículas na Educação Profissional Técnica (EPT)

Matrículas da Educação Profissional Técnica (EPT) de nível médio. O indicador representa o número total de matrículas na educação profissional técnica de nível médio. Para auferir essas matrículas, utiliza-se apenas a variável do Censo da Educação Básica, que informa o quantitativo de matrículas de educação profissional nas diferentes etapas de ensino.

Fonte: Censo da Educação Básica, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

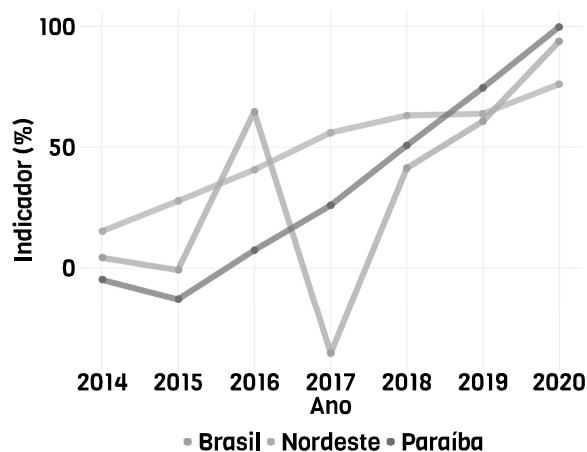


Figura 6.4: Participação do segmento público na expansão da EPT de nível médio

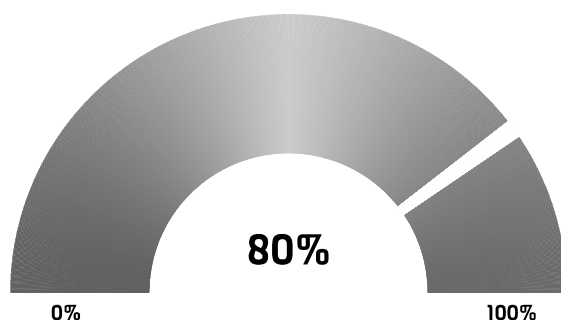
Participação do segmento público na expansão da Educação Profissional Técnica (EPT) de nível médio. O indicador representa a proporção de matrículas no segmento público no total da expansão das matrículas na educação profissional técnica de nível médio. Para auferir essas matrículas, calcula-se a expansão das matrículas na educação profissional técnica de nível médio a partir do ano de referência para o monitoramento (2013).

Fonte: Censo da Educação Básica, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Meta 7

“Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, como a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.”

Situação da Meta



Indicadores da Meta

**Atendimento escolar
de pessoas com deficiência**
VALOR (2010): 80%
META: 100%

Evolução dos Indicadores

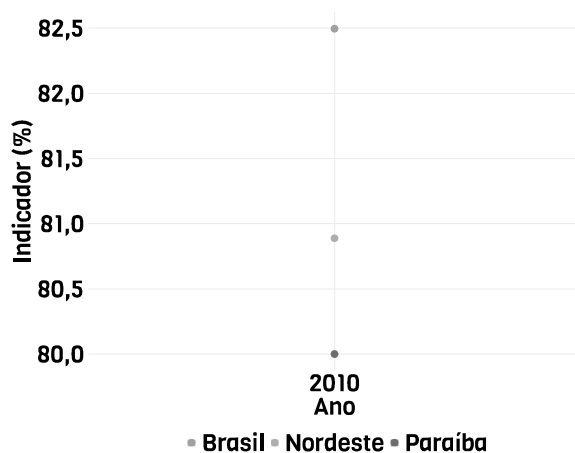


Figura 6.5: Taxa da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequentava a escola

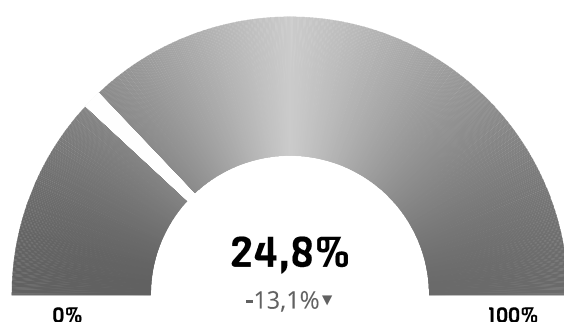
Percentual de matrículas na educação básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), altas habilidades ou superdotação que recebem atendimento educacional especializado. Dados apenas para 2010, ano da última edição disponível do Censo Demográfico.

Fonte: Censo Demográfico, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Meta 12

“Ampliar a oferta de cursos de educação a distância nas diversas etapas e modalidades de ensino no Estado da Paraíba, triplicando até o final de vigência do PEE.”

Situação da Meta



Indicadores da Meta

Matrículas de cursos de graduação EAD
VALOR (2019): 4.680
META: 18.876

Evolução dos Indicadores

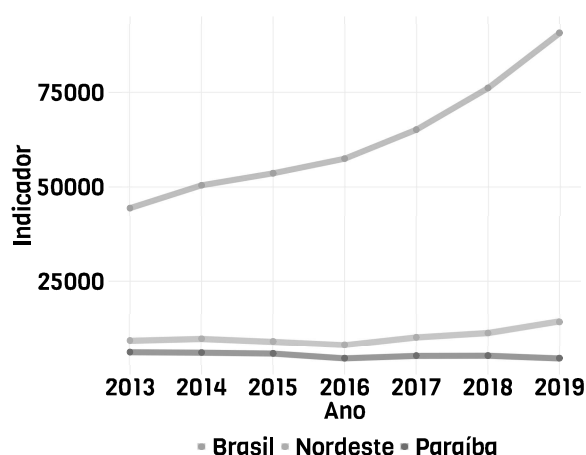


Figura 6.6: Total de matrículas de cursos de graduação na modalidade EAD

Total de matrículas de cursos de graduação na modalidade de Ensino a Distância (EAD)

Fonte: Censo da Educação Superior, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

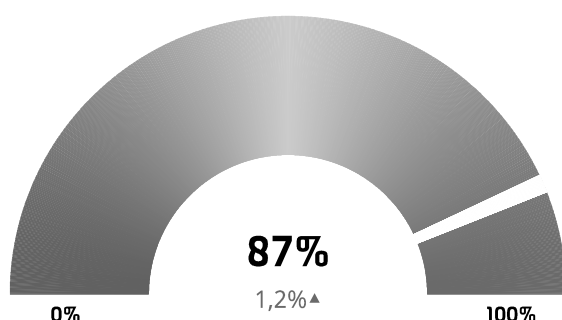
Educação de Jovens e Adultos



Meta 8

“Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo no último ano de vigência do PEE, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).”

Situação da Meta



Indicadores da Meta

Escolaridade média

VALOR (2019): 10,76

META: 12

Escolaridade média no campo

VALOR (2019): 9,54

META: 12

Razão entre a escolaridade de negros e não negros

VALOR (2019): 91,8%

META: 100%

Evolução dos Indicadores

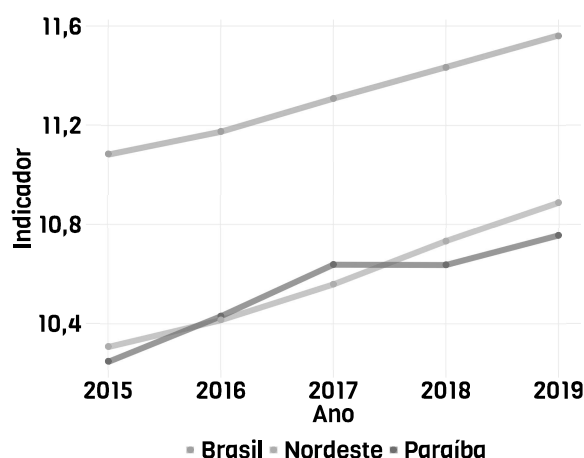


Figura 7.1: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos

Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade. Dado que o objetivo da Meta 8 é que os indivíduos da faixa etária entre 18 e 29 anos completem 12 anos de estudo, esse indicador expressa a média de anos de estudo da população de 18 a 29 anos de idade.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

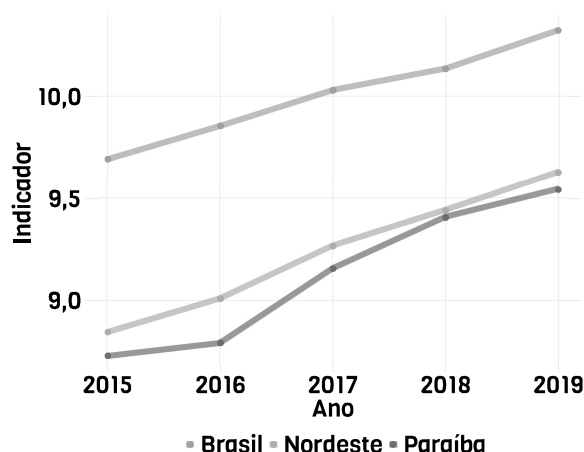


Figura 7.2: Escolaridade média da população da área rural de 18 a 29 anos

Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade residentes na área rural. Dado que o objetivo da Meta 8 é que os indivíduos da faixa etária entre 18 e 29 anos completem 12 anos de estudo, esse indicador expressa a média de anos de estudo da população de 18 a 29 anos de idade residentes na zona rural.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

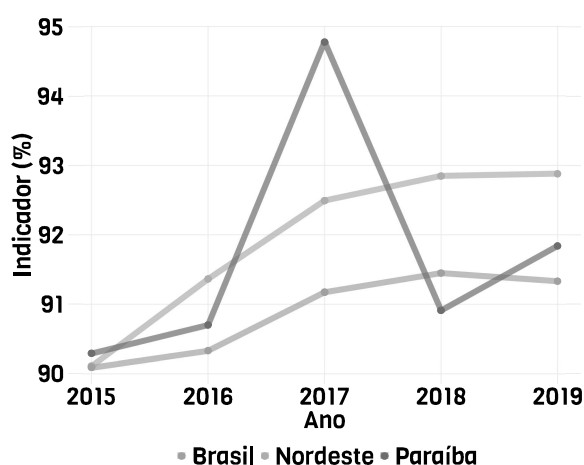


Figura 7.3: Razão percentual entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos

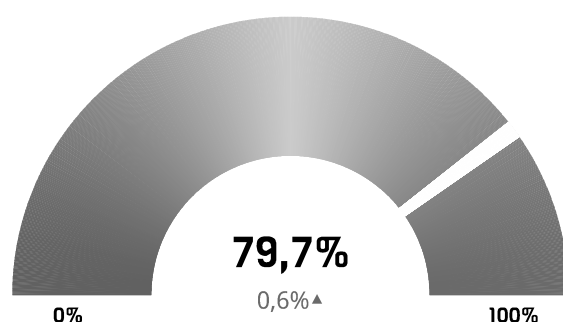
Razão entre a escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos. O indicador representa a razão (expressa como um percentual) entre a média de anos de estudo da população de 18 a 29 anos negra (pretos e pardos) e a média de anos de estudo da população de 18 a 29 anos não negra (brancos e amarelos). Quanto mais próximo de 100% for o resultado, maior a igualdade entre a média de anos de estudo de negros e não negros.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Meta 9

“Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais de idade para 85,8% até 2017 e, até o final da vigência do PEE, reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.”

Situação da Meta



Indicadores da Meta

Taxa de alfabetização

VALOR (2019): 83,9%

META: 85,8%

Analfabetismo funcional

VALOR (2019): 25,3%

META: 15,6%

Evolução dos Indicadores

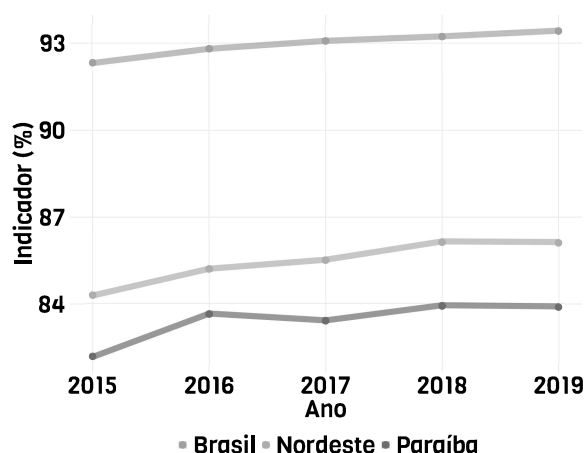


Figura 7.4: Taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais de idade

Taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais de idade. O Indicador representa a proporção dos indivíduos com 15 anos ou mais de idade que sabem ler e escrever em relação à população total dessa faixa etária. Esse indicador é baseado em informações declaratórias, fornecidas pela pessoa entrevistada. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), analfabeta é a pessoa que não sabe ler e escrever um bilhete simples.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

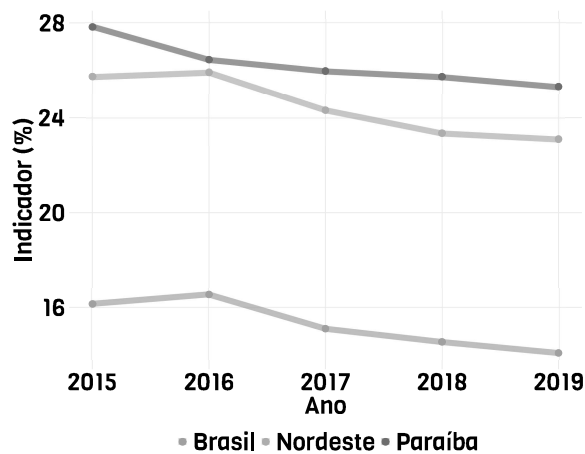


Figura 7.5: Taxa de analfabetismo funcional da população com 15 anos ou mais de idade

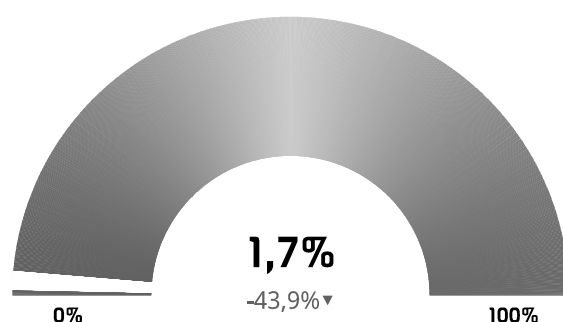
Taxa de analfabetismo funcional da população com 15 anos ou mais de idade. O Indicador representa a proporção dos indivíduos com 15 anos ou mais de idade que não concluíram os anos iniciais do ensino fundamental em relação à população total dessa faixa etária. O indicador abrange também os indivíduos que concluíram os anos iniciais do ensino fundamental, mas que, porventura, não sabem ler e escrever. Tradicionalmente, o conceito de analfabetismo funcional adotado pelo IBGE considera analfabetas funcionais as pessoas de 15 anos ou mais de idade com menos de quatro anos de estudo.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Meta 10

“Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.”

Situação da Meta



Indicadores da Meta

**Matrículas da EJA integrada
à educação profissional**
VALOR (2020): 0,41%
META: 25%

Evolução dos Indicadores

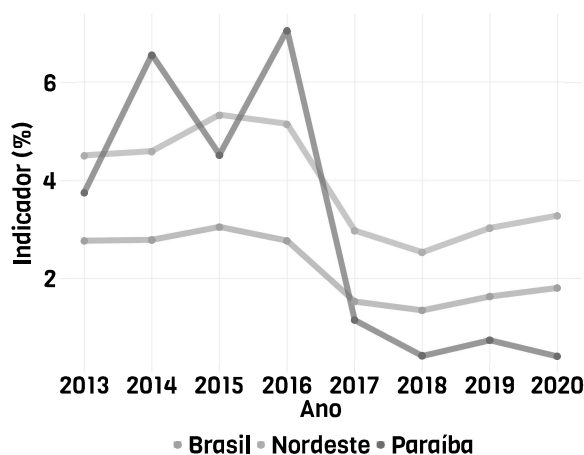


Figura 7.6: Percentual de matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na forma integrada à educação profissional.

Taxa de matrículas de Educação de Jovens e Adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional

Fonte: Censo da Educação Superior, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

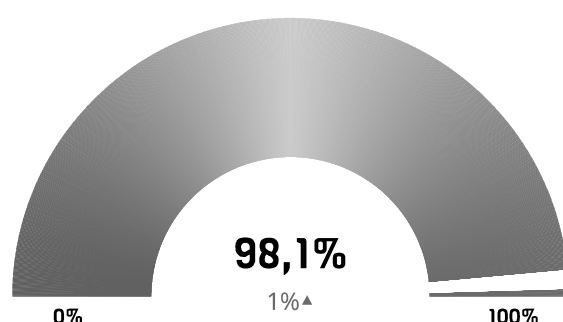
Educação das Relações Étnico-raciais



Meta 11

“Ampliar a oferta, garantir a permanência e melhorar a qualidade da educação do campo.”

Situação da Meta



Indicadores da Meta

Ideb Rural - Fundamental I

VALOR (2019): 4,71

META: 4,68

Ideb Rural - Fundamental II

VALOR (2019): 3,87

META: 4,1

Ideb Rural - Médio

VALOR (2019): 3,71

META: 3,28

Evolução dos Indicadores

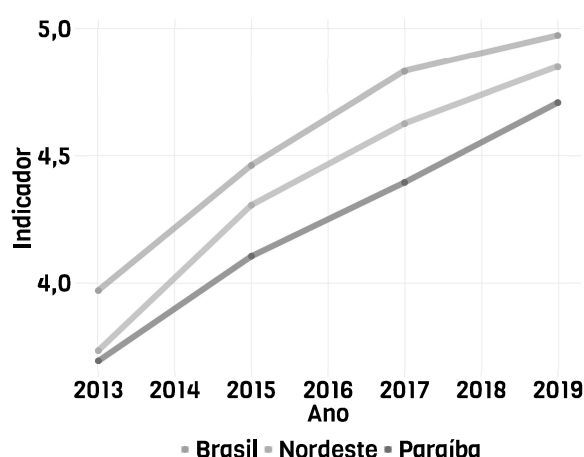


Figura 8.1: Ideb Escolas Rurais - Fundamental I

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da primeira fase do Ensino Fundamental mensura o desempenho do sistema educacional brasileiro a partir da combinação entre a proficiência obtida pelos estudantes em avaliações externas de larga escala (Saeb) e a taxa de aprovação. Essas duas dimensões refletem problemas estruturais da educação básica brasileira, que precisam ser aprimoradas para a melhoria da qualidade educacional do país.

Fonte: Ideb, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)

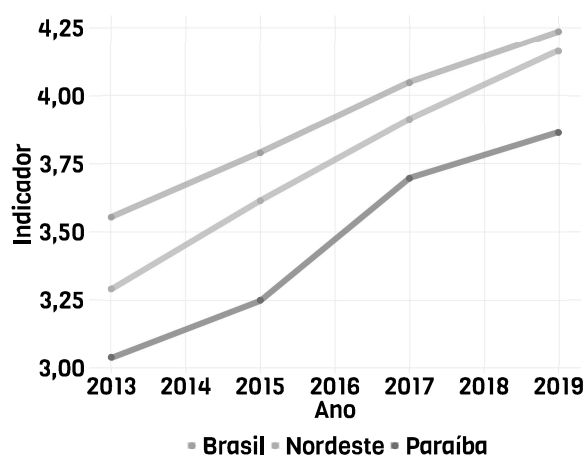


Figura 8.2: IDEB Escolas Rurais - Fundamental II

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da segunda fase do Ensino Fundamental mensura o desempenho do sistema educacional brasileiro a partir da combinação entre a proficiência obtida pelos estudantes em avaliações externas de larga escala (Saeb) e a taxa de aprovação. Essas duas dimensões refletem problemas estruturais da educação básica brasileira, que precisam ser aprimoradas para a melhoria da qualidade educacional do país.

Fonte: IDEB, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

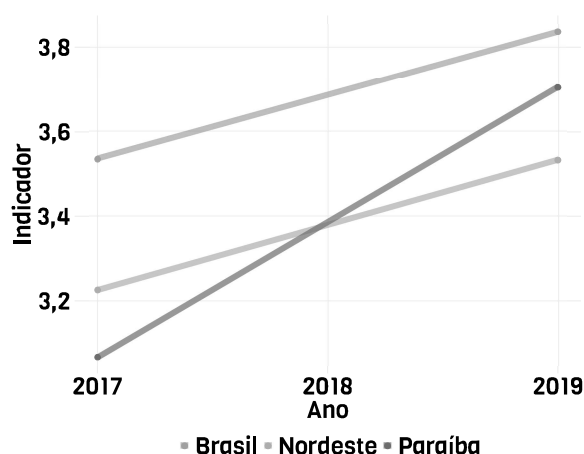


Figura 8.3: Ideb Escolas Rurais - Médio

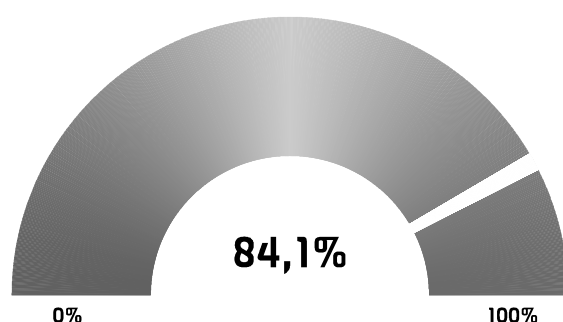
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do Ensino Médio mensura o desempenho do sistema educacional brasileiro a partir da combinação entre a proficiência obtida pelos estudantes em avaliações externas de larga escala (Saeb) e a taxa de aprovação. Essas duas dimensões refletem problemas estruturais da educação básica brasileira, que precisam ser aprimoradas para a melhoria da qualidade educacional do país.

Fonte: Ideb, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Meta 13

“Implementar a educação em direitos humanos em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino na Paraíba”

Situação da Meta



Indicadores da Meta

Educação em Direitos Humanos - Estado

VALOR (2014): 100%

META: 100%

Educação em Direitos Humanos - Municípios

VALOR (2014): 68,2%

META: 100%

Evolução dos Indicadores

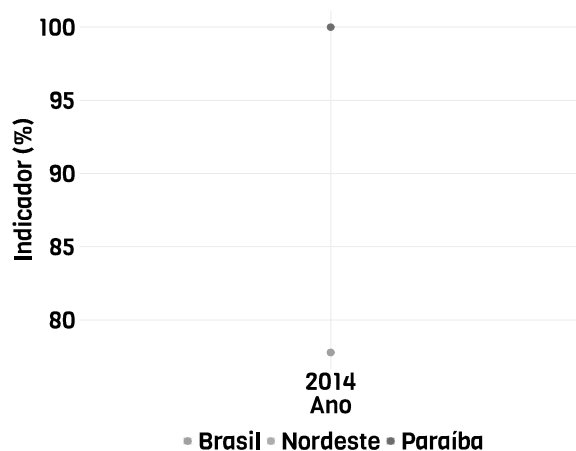


Figura 8.4: Indicador de implementação de educação em direitos humanos nas escolas estaduais

O indicador mostra a existência de medidas ou ações relativas à implementação de educação em direitos humanos nas escolas estaduais. Esse indicador é construído a partir das informações declaradas pelo o órgão gestor da educação. Dados disponíveis apenas para 2014.

Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



Figura 8.5: Taxa de gestões municipais que implementam a educação em direitos humanos nas escolas

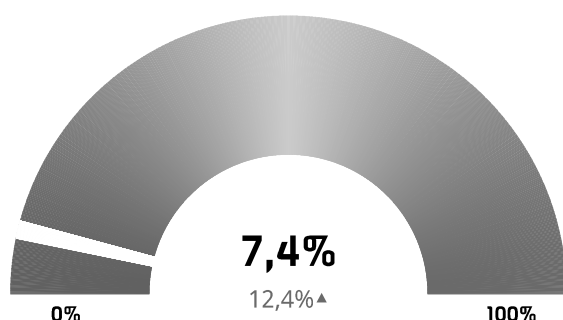
Percentual de existência de municípios que fazem uso de medidas ou ações relativas à implementação de educação em direitos humanos nas escolas. Esse indicador é construído a partir das informações declaradas pelo o órgão gestor da educação. Dados disponíveis apenas para 2014.

Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Meta 14

“Implementar a educação das relações étnico-raciais, garantindo o cumprimento da Lei 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino no estado da Paraíba.”

Situação da Meta



Indicadores da Meta

Educação das relações étnico-raciais

VALOR (2020): 7,4%

META: 100%

Evolução dos Indicadores

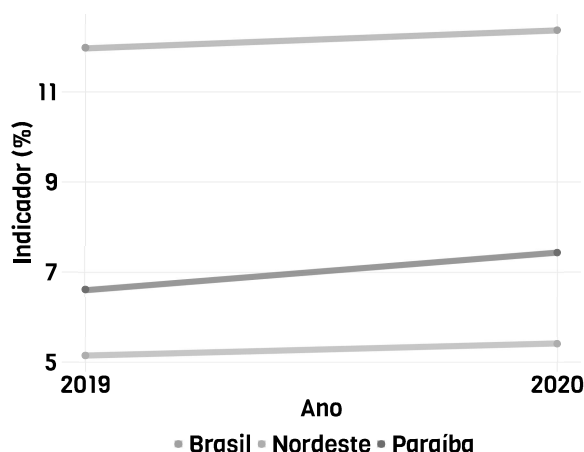


Figura 8.6: Taxa de escolas que implementam a educação das relações étnico-raciais

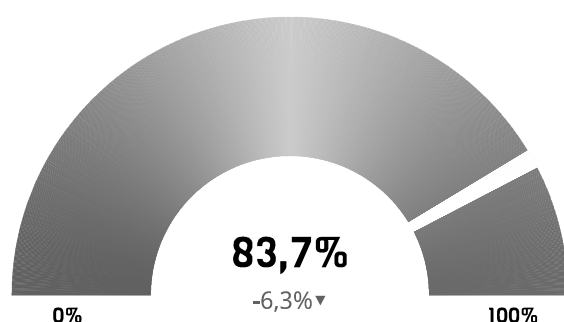
Percentual de existência de escolas da educação básica que fazem uso de materiais pedagógicos para a educação das relações étnico-raciais. Esse indicador foi criado a partir da tabela de Escolas do Censo da Educação Básica do ano de 2019, que possui informação sobre instrumentos, materiais socioculturais e/ou pedagógicos em uso na escola para o desenvolvimento de atividades de ensino aprendizagem relativos à educação das Relações Étnico-Raciais.

Fonte: Censo da Educação Superior, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Meta 15

“Ampliar a oferta, garantir a permanência e melhorar a qualidade da educação escolar indígena.”

Situação da Meta



Indicadores da Meta

Ideb escolas indígenas - Fundamental I

VALOR (2019): 3,37

META: 4,19

Ideb escolas indígenas - Fundamental II

VALOR (2019): 2,58

META: 3,37

Ideb escolas indígenas - Médio

VALOR (2019): 2,77

META: 2,93

Evolução dos Indicadores

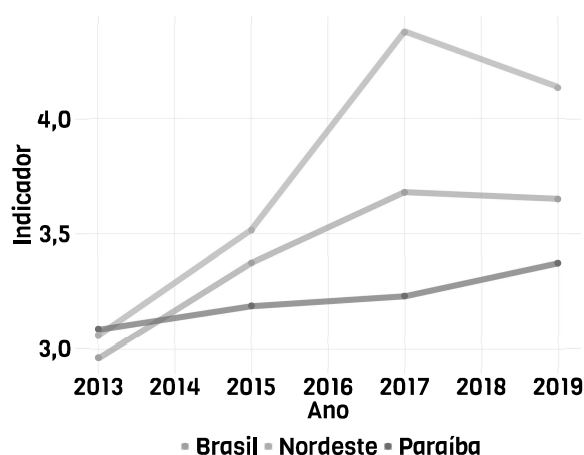


Figura 8.7: Ideb de escolas em terras indígenas - Fundamental I

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da primeira fase do Ensino Fundamental mensura o desempenho do sistema educacional brasileiro a partir da combinação entre a proficiência obtida pelos estudantes em avaliações externas de larga escala (Saeb) e a taxa de aprovação. Essas duas dimensões refletem problemas estruturais da educação básica brasileira, que precisam ser aprimoradas para a melhoria da qualidade educacional do país.

Fonte: IDEB, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

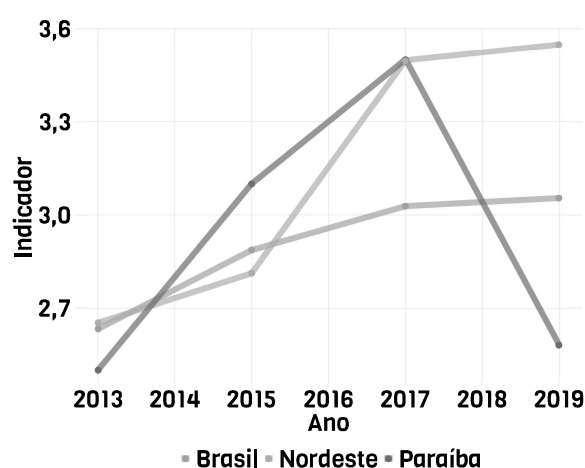


Figura 8.8: Ideb de escolas em terras indígenas - Fundamental II

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da segunda fase do Ensino Fundamental mensura o desempenho do sistema educacional brasileiro a partir da combinação entre a proficiência obtida pelos estudantes em avaliações externas de larga escala (Saeb) e a taxa de aprovação. Essas duas dimensões refletem problemas estruturais da educação básica brasileira, que precisam ser aprimoradas para a melhoria da qualidade educacional do país.

Fonte: Ideb, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

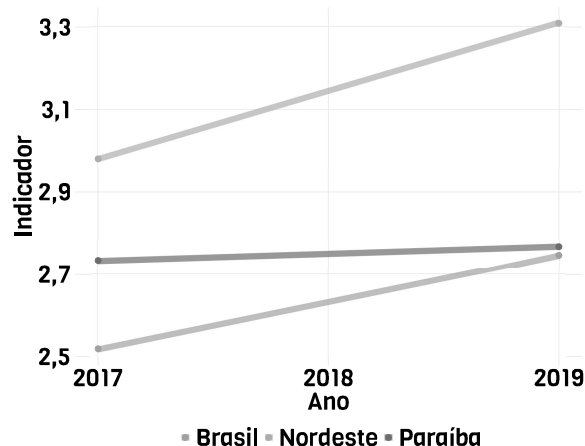


Figura 8.9: Ideb de escolas em terras indígenas - Médio

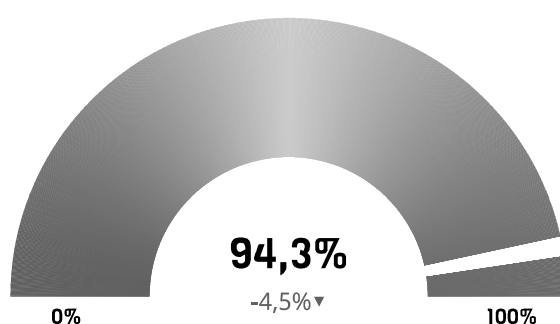
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do Ensino Médio mensura o desempenho do sistema educacional brasileiro a partir da combinação entre a proficiência obtida pelos estudantes em avaliações externas de larga escala (Saeb) e a taxa de aprovação. Essas duas dimensões refletem problemas estruturais da educação básica brasileira, que precisam ser aprimoradas para a melhoria da qualidade educacional do país.

Fonte: Ideb, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Meta 16

“Ampliar a oferta, garantir o acesso e a permanência, melhorando a qualidade da educação escolar quilombola.”

Situação da Meta



Indicadores da Meta

Ideb Quilombos - Fundamental I

VALOR (2019): 4,56

META: 4,63

Ideb Quilombos - Fundamental II

VALOR (2019): 3,82

META: 4,23

Evolução dos Indicadores

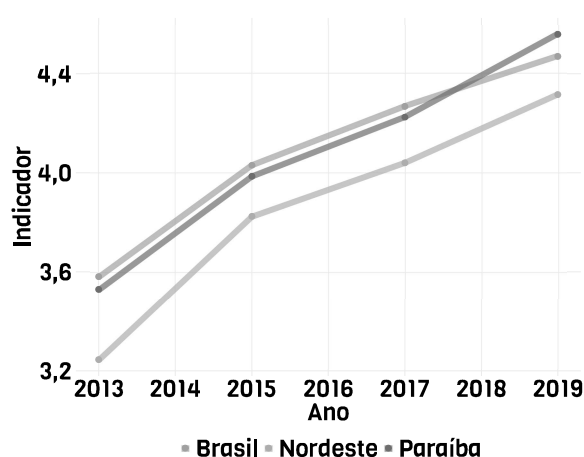


Figura 8.10: Ideb de escolas em áreas de quilombos - Fundamental I

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da primeira fase do Ensino Fundamental mensura o desempenho do sistema educacional brasileiro a partir da combinação entre a proficiência obtida pelos estudantes em avaliações externas de larga escala (Saeb) e a taxa de aprovação. Essas duas dimensões refletem problemas estruturais da educação básica brasileira, que precisam ser aprimoradas para a melhoria da qualidade educacional do país.

Fonte: Ideb, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

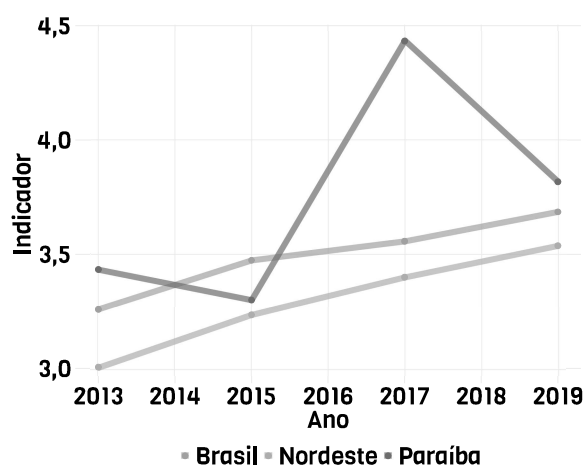


Figura 8.11: Ideb de escolas em áreas de quilombos - Fundamental II

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da segunda fase do Ensino Fundamental mensura o desempenho do sistema educacional brasileiro a partir da combinação entre a proficiência obtida pelos estudantes em avaliações externas de larga escala (Saeb) e a taxa de aprovação. Essas duas dimensões refletem problemas estruturais da educação básica brasileira, que precisam ser aprimoradas para a melhoria da qualidade educacional do país.

Fonte: Ideb, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

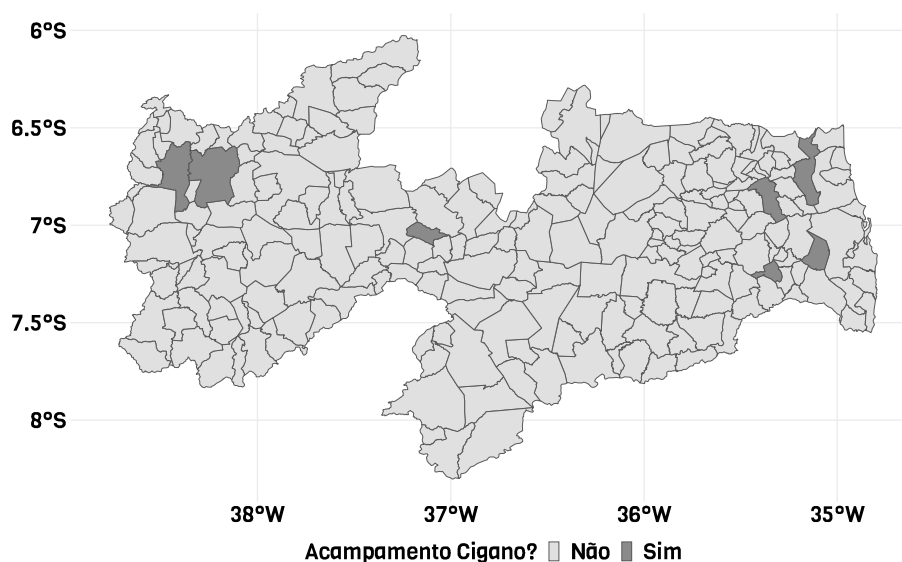
Meta 17

“Ampliar a oferta, garantir o acesso e a permanência e melhorar a qualidade da educação escolar cigana na Paraíba, considerando os grupos fixados.”

O Plano Estadual de Educação da Paraíba prevê o acesso, a expansão e melhoria da educação escolar para grupos considerados em situação de itinerância. Além de outras comunidades itinerantes específicas, tal grupo abrange também os povos originários ciganos.

Segundo os dados do último Censo Populacional (IBGE, 2010), a população cigana no país era de aproximadamente 800 mil indivíduos. A maioria já não vive como nômades e se estabeleceram em locais fixos em todas as regiões do país. Segundo os dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC, 2019), foram identificados 7 municípios na Paraíba com comunidades ou assentamentos fixos ciganos: Araçagi, Cruz do Espírito Santo, Mamanguape, Quixaba, São José do Rio do Peixe, São José dos Ramos, e Sousa, distribuídos conforme figura abaixo.

Figura 8.12 - Municípios da Paraíba com acampamentos ciganos fixos



A educação para os comunidades ciganos é uma pauta recente nas esfera da Coordenação-Geral de Educação para as Relações Étnico-Raciais, inicialmente através da Resolução Resolução CNE/CEB nº 3, de 16 de maio de 2012 com base no Parecer CNE/CEB nº 14/2011.

Segundo dados do Sistema Saber, plataforma de acompanhamento e gestão de alunos e escolas do Governo do Estado da Paraíba, algumas escolas estaduais possuem alunos matriculados pertencentes às comunidades ciganas. Tal informação é declaratória e obtida no ato da matrícula junto a estudantes e seus responsáveis

Tabela 4 - Escolas com Alunos Pertencentes a Comunidades Ciganas na Paraíba

ID Escola	Nome Escola	Município	Matriculados
81	ENE Min. José Américo de Almeida	São João do Rio do Peixe	1
958	EEEF Profª. Frassinete Bernardo	São João do Rio do Peixe	1
525	ECI Jacob Guilherme Frantz	São João do Rio do Peixe	1
2091	EMEIF Antônio Lacerda Neto	São José de Piranhas	1
2556	EMEFM Papa Paulo VI	Sousa	1
1957	EMEF Rômulo Pires	Sousa	1
1870	EMEF Irmã Maria Iraides Holanda Lavour	Sousa	9
548	EEEFM Jaime Meira Fontes	Sousa	4
758	EEEFM Celso Mariz	Sousa	133
13	EEEF Dr. Thomaz Pires	Sousa	7
25	EEEF Andre Gadelha	Sousa	3
4634	ECIT Estadual Chiquinho Cartaxo	Sousa	5
976	ECI Mestre Julio Sarmento	Sousa	1
665	ECIT Prof. Luis de Azevedo Soares	Santa Rita	1
1195	ECI Helinton Santana	Santa Rita	1
293	ECI Dr. Trajano Pires da Nóbrega	Condado	4

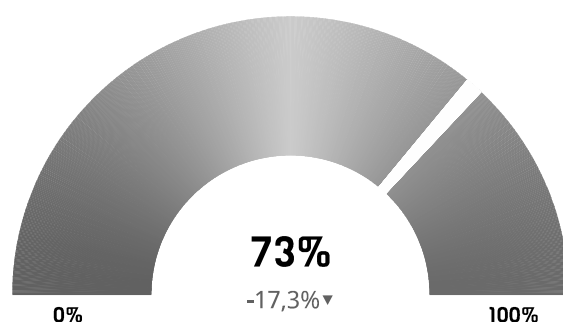
Conforme destacado, o município de Sousa possui o maior número de escolas que atendem alunos ciganos. Considerada a maior do Brasil, a comunidade cigana de Sousa soma aproximadamente 2500 pessoas, de acordo com a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do município. Além disso, apenas a escola EEEFM Celso Mariz possui 133 alunos matriculados pertencentes ao grupo cigano, situada em um dos assentamentos fixos da região.

No entanto, informações sobre o população atual de ciganos ainda são bastante incipientes no Brasil, o que dificulta a análise sobre a cobertura de acesso à educação para estas populações. Além disso, não existem referências quanto às escolas que ofertam ensino exclusivamente a estes grupos.

Meta 18

“Implementar a educação ambiental, garantindo o cumprimento da Lei 9.795/1999 (Política Nacional de Educação Ambiental) em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino na Paraíba.”

Situação da Meta



Indicadores da Meta

Educação Ambiental
VALOR (2019): 73%
META: 100%

Evolução dos Indicadores

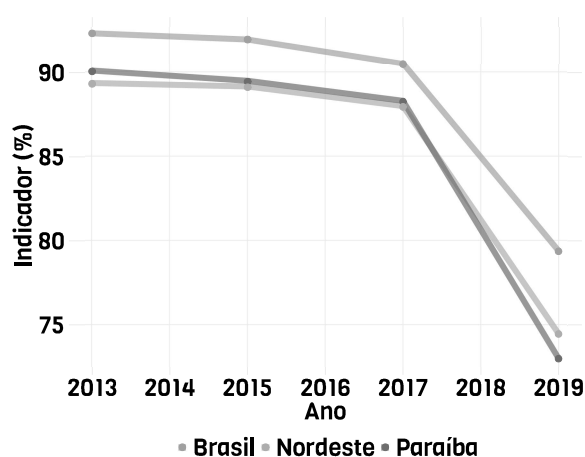


Figura 8.13: Taxa de escolas públicas com projetos na área de Educação Ambiental

Percentual de escolas da rede pública de ensino básico que possuem projetos na área de Educação Ambiental. Esse indicador é construído a partir das informações declaradas pelos diretores da escola no questionário socioeconômico do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Para construir a série histórica, fez-se necessário considerar para períodos anteriores a 2019 as respostas dos diretores relativas a existência de projetos temáticos sobre meio ambiente como uma aproximação de implementação de projetos em educação ambiental. A partir de 2019, o questionário do Saeb foi modificado e deixando explícito a existência de projetos em educação ambiental na escola.

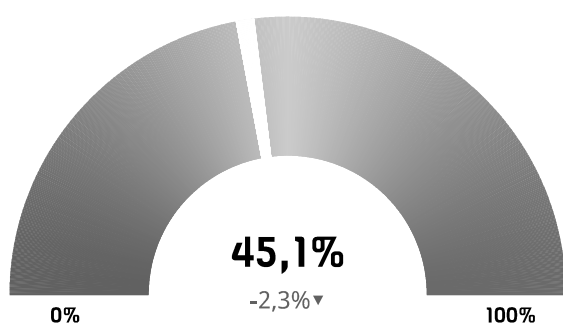
Fonte: Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Educação Superior

Meta 20

“Elevar a Taxa Bruta de matrícula na educação superior para 50% e a Taxa Líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.”

Situação da Meta



Indicadores da Meta

Escolarização bruta na graduação

VALOR (2019): 33,6%

META: 50%

Escolarização líquida na graduação

VALOR (2019): 22,5%

META: 33%

Expansão de matrículas de graduação

VALOR (2019): -0,7%

META: 40%

Evolução dos Indicadores

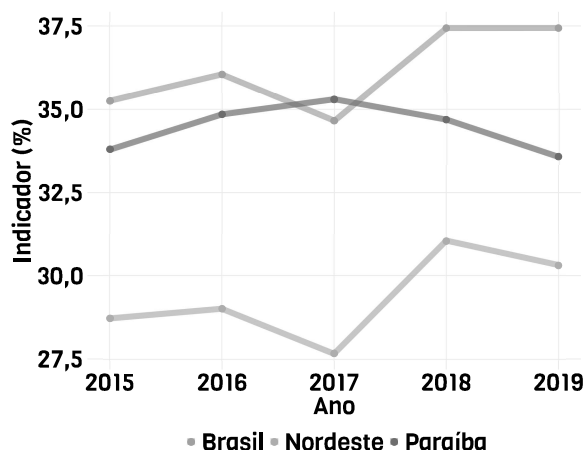


Figura 9.1: Taxa de escolarização bruta na graduação

Taxa bruta de matrículas na graduação da população de 18 a 24 anos. O indicador representa a razão (expressa como percentual) entre o quantitativo de pessoas de qualquer idade que frequenta cursos de graduação e o total geral de pessoas entre 18 e 24 anos de idade, faixa etária de referência para frequentar esse nível de ensino. O indicador refere-se exclusivamente às matrículas dos cursos de graduação em relação à população de referência, deixando de fora do cálculo as matrículas na pós-graduação stricto sensu.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

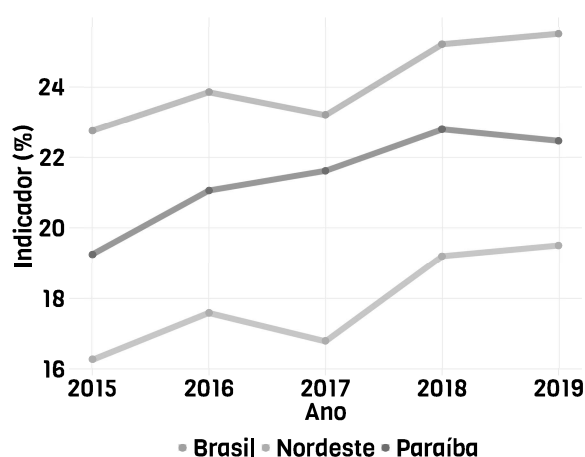


Figura 9.2: Taxa de escolarização líquida na graduação

Taxa líquida de matrículas na graduação da população de 18 a 24 anos. O indicador representa a proporção da população de 18 a 24 anos de idade que teve acesso aos cursos de graduação (frequenta ou já concluiu) em relação ao total da população de 18 a 24 anos. A taxa líquida de matrículas é um indicador que busca medir o acesso aos cursos de graduação por aqueles que se encontram na idade prevista para cursá-los.

Fonte: Censo da Educação Superior, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

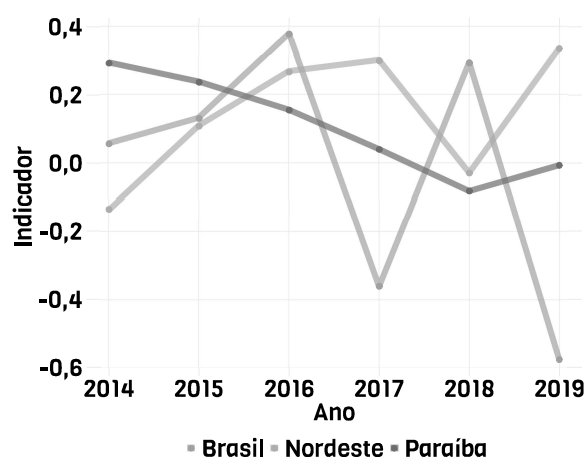


Figura 9.3: Participação do segmento público na expansão de matrículas de graduação

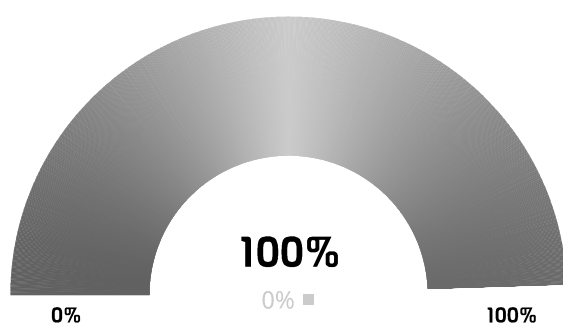
Participação do segmento público na expansão de matrículas de graduação. O indicador representa a participação percentual das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas na expansão total das matrículas em cursos de graduação em um dado período.

Fonte: Censo da Educação Superior, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Meta 21

“Elevar, no Estado da Paraíba, a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.”

Situação da Meta



Indicadores da Meta

Docentes com mestrado ou doutorado na educação superior
VALOR (2019): 88,9%
META: 75%

Docentes com doutorado na educação superior
VALOR (2019): 52,2%
META: 35%

Evolução dos Indicadores

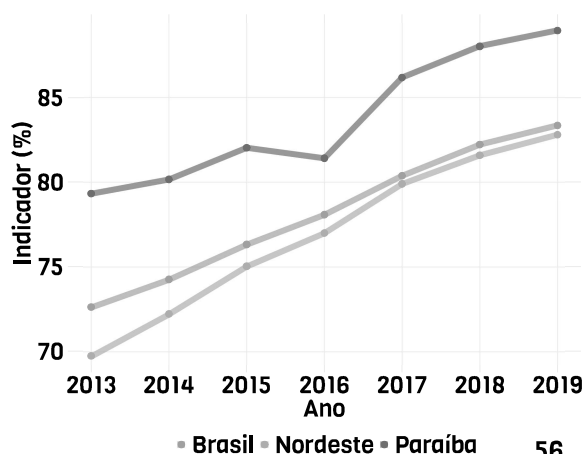


Figura 9.4: Taxa de funções docentes com mestrado ou doutorado na educação superior

Taxa de docentes com mestrado ou doutorado na educação superior. O cálculo desse indicador fez uso da definição de função docente para fins de contagem. Nesse caso, um mesmo docente pode ter vínculo com mais de uma Instituição de Ensino Superior (IES), de modo que cada vínculo implica uma função docente distinta.

Fonte: Censo da Educação Superior, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

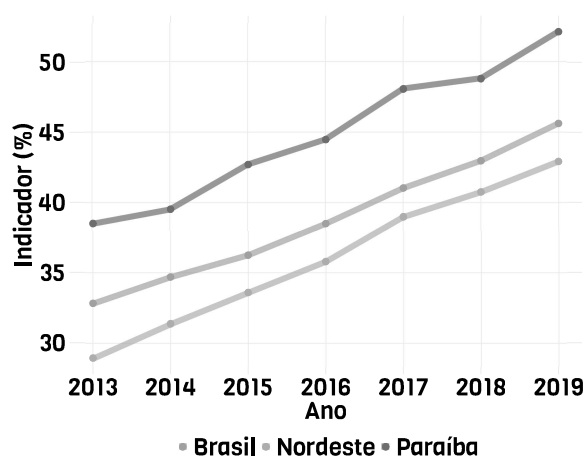


Figura 9.5: Taxa de funções docentes com doutorado na educação superior

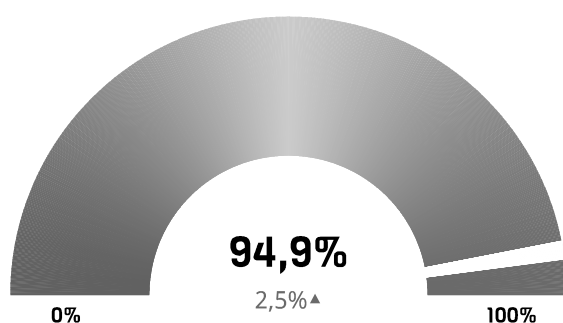
Taxa de docentes com doutorado na educação superior. O cálculo desse indicador fez uso da definição de função docente para fins de contagem. Nesse caso, um mesmo docente pode ter vínculo com mais de uma Instituição de Ensino Superior (IES), de modo que cada vínculo implica uma função docente distinta.

Fonte: Censo da Educação Superior, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Meta 22

“Ampliar o número de mestres e doutores na Paraíba, a fim de contribuir com a União na elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores.”

Situação da Meta



Indicadores da Meta

Títulos de mestrado

VALOR (2019): 1.818

META: 2.026

Títulos de doutorado

VALOR (2019): 544

META: 431

Evolução dos Indicadores

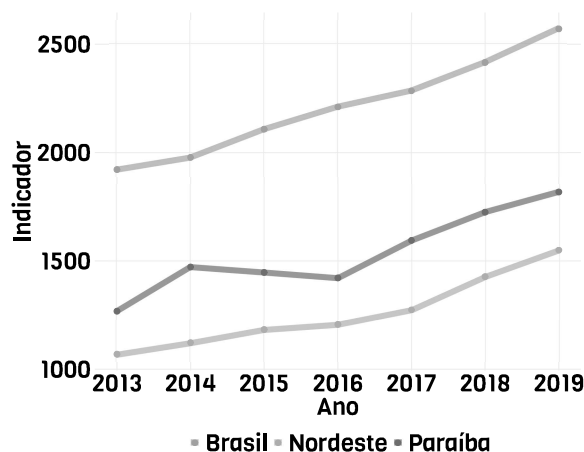


Figura 9.6: Número de títulos de mestrado concedidos anualmente

Número de títulos de mestrado concedidos anualmente. Esse indicador representa o quantitativo de títulos de mestrado (acadêmico ou profissional) concedidos anualmente. Para o Nordeste e Brasil, o indicador representa a média de títulos concedidos. Os dados foram obtidos por meio do portal de dados abertos da Capes, conforme informações prestadas pelos programas de pós-graduação na Plataforma Sucupira.

Fonte: Plataforma Sucupira, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

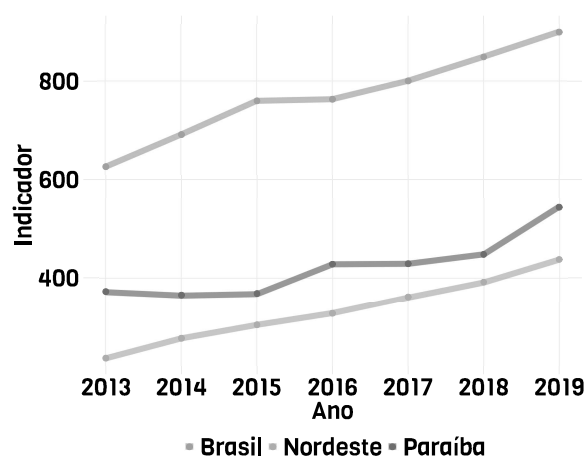


Figura 9.7: Número de títulos de doutorado concedidos anualmente

Número de títulos de doutorado concedidos anualmente. Esse indicador representa o quantitativo de títulos de doutorado concedidos anualmente. Para o Nordeste e Brasil, o indicador representa a média de títulos concedidos. Os dados foram obtidos por meio do portal de dados abertos da Capes, conforme informações prestadas pelos programas de pós-graduação na Plataforma Sucupira.

Fonte: Plataforma Sucupira, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

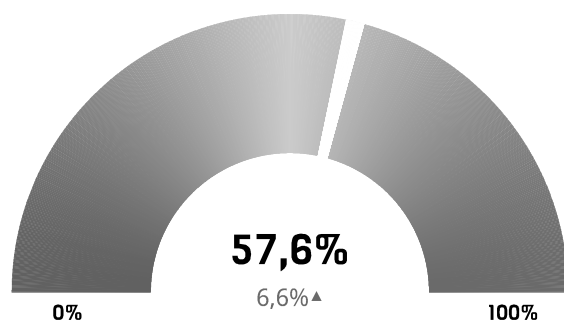
Formação de Profissionais de Educação



Meta 23

“Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os municípios, no prazo de 1 ano de vigência do PEE, política estadual de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os docentes da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, até o final de vigência do PEE.”

Situação da Meta



Indicadores da Meta

Adequação da formação docente - Infantil

VALOR (2020): 50,5%

META: 100%

Adequação da formação docente - Fund. I

VALOR (2020): 58,9%

META: 100%

Adequação da formação docente - Fund. II

VALOR (2020): 53,4%

META: 100%

Adequação da formação docente - Médio

VALOR (2020): 67,4%

META: 100%

Evolução dos Indicadores

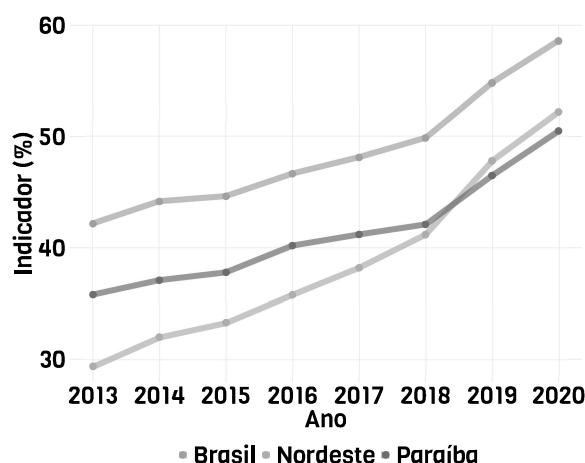


Figura 10.1: Taxa de adequação da formação docente - Infantil

Proporção de docências da educação infantil com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam. Para cômputo desse indicador, conforme notas técnicas do Inep, em razão de sua natureza multidisciplinar, foram considerados como adequadas as formações docentes de licenciatura ou bacharelado com complementação pedagógica em Pedagogia. A formulação desse indicador se baseia nos artigos 62 e 63 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), os quais dispõem que “a formação docente para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Fonte: Censo da Educação Básica, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

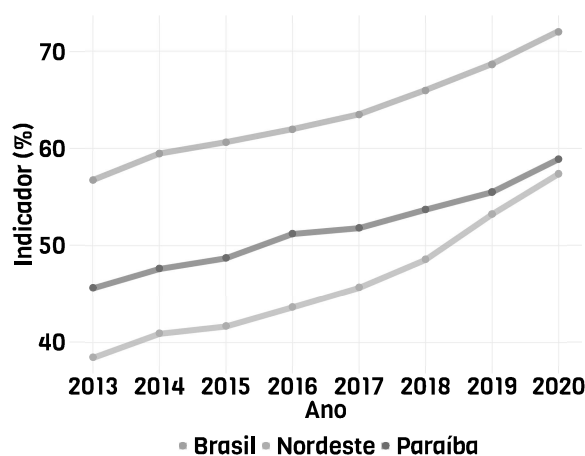


Figura 10.2: Taxa de adequação da formação docente - Fundamental I

Proporção de docências dos anos iniciais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam. Para cômputo desse indicador, conforme notas técnicas do Inep, em razão de sua natureza multidisciplinar, foram considerados como adequadas as formações docentes de licenciatura ou bacharelado com complementação pedagógica em Pedagogia, com exceção no caso das disciplinas de Língua Estrangeira em que se considerou como adequada a formação docente de licenciatura específica para a área da disciplina ou bacharelado com complementação pedagógica na mesma área. A formulação desse indicador se baseia nos artigos 62 e 63 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), os quais dispõem que “a formação docente para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Fonte: Censo da Educação Básica, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

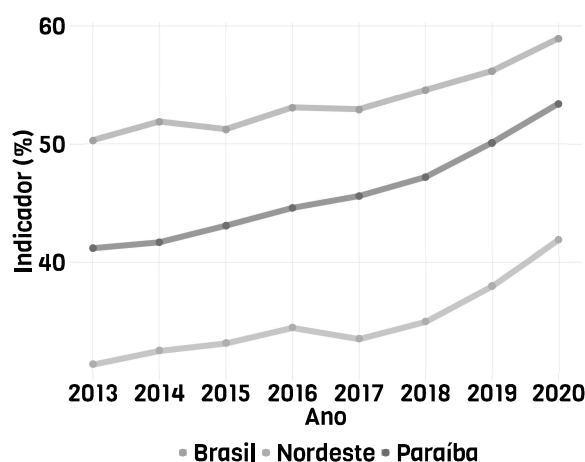


Figura 10.3: Taxa de adequação da formação docente - Fundamental II

Proporção de docências dos anos finais do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam. Para cômputo desse indicador, conforme notas técnicas do Inep, foi considerado apenas os docentes com formação superior de licenciatura específica na disciplina que lecionam ou com bacharelado na mesma desde que tenham concluído o respectivo curso de complementação pedagógica. A formulação desse indicador se baseia nos artigos 62 e 63 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), os quais dispõem que “a formação docente para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Fonte: Censo da Educação Básica, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

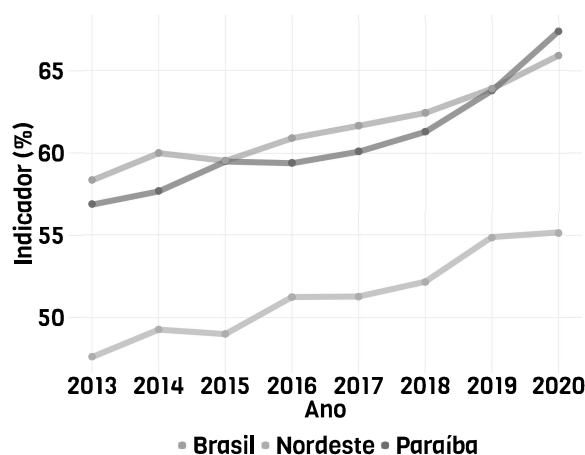


Figura 10.4: Taxa de adequação da formação docente - Médio

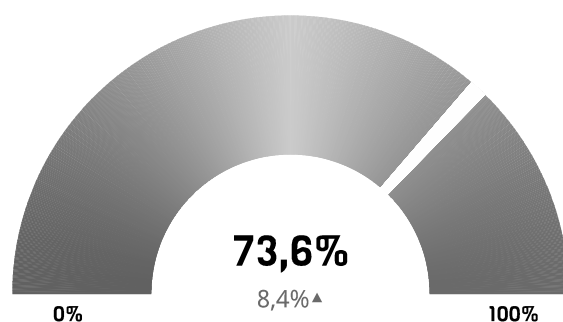
Proporção de docências do ensino médio com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam. Para cômputo desse indicador, conforme notas técnicas do Inep, foi considerado apenas os docentes com formação superior de licenciatura específica na disciplina que lecionam ou com bacharelado na mesma desde que tenham concluído o respectivo curso de complementação pedagógica. A formulação desse indicador se baseia nos artigos 62 e 63 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), os quais dispõem que “a formação docente para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Fonte: Censo da Educação Básica, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Meta 24

“Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência do PNE, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.”

Situação da Meta



Indicadores da Meta

Docentes pós-graduados na educação básica
VALOR (2020): 53,2%
META: 50%

Formação continuada na educação básica
VALOR (2020): 47,2%
META: 100%

Evolução dos Indicadores

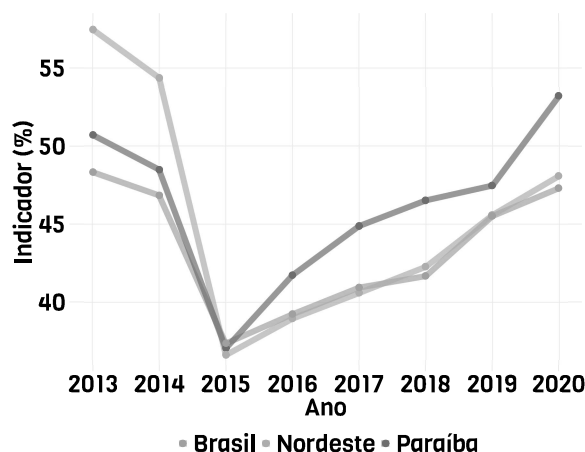


Figura 10.5: Taxa de docentes da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu

Proporção de docências da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu. Dependendo do nível de ensino e do número de vínculos de um dado docente, um mesmo professor poderá ser contabilizado mais de uma vez.

Fonte: Censo da Educação Básica, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

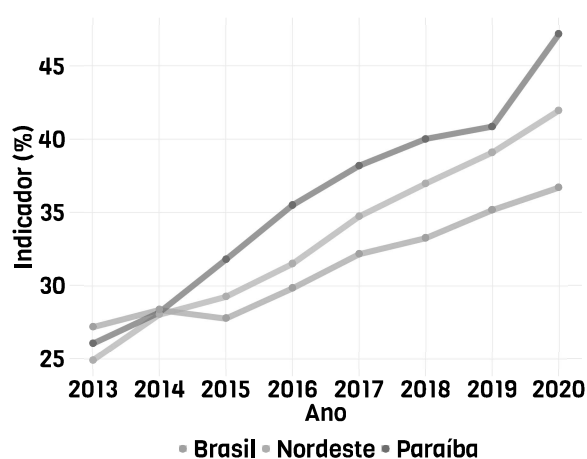


Figura 10.6: Taxa de docentes da educação básica que realizaram cursos de formação continuada

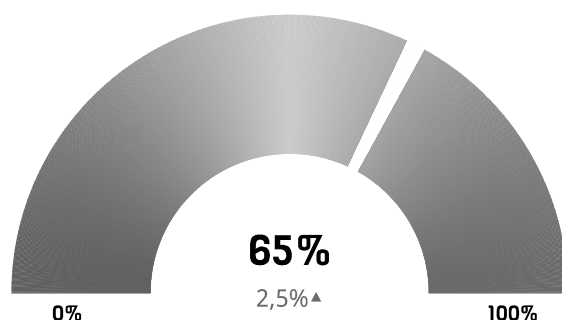
Proporção de docências da educação básica em formação continuada. Dependendo do nível de ensino e do número de vínculos de um dado docente, um mesmo professor poderá ser contabilizado mais de uma vez.

Fonte: Censo da Educação Básica, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Meta 25

“Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência do PEE.”

Situação da Meta



Indicadores da Meta

Razão salarial entre professores e não professores
VALOR (2019): 65%
META: 100%

Evolução dos Indicadores

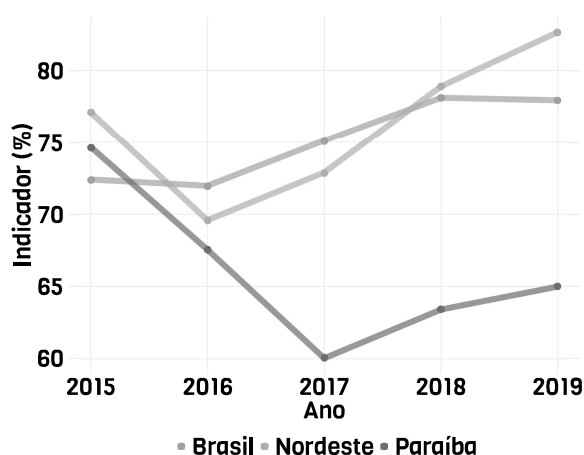


Figura 10.7: Razão salarial entre professores da educação básica e não professores

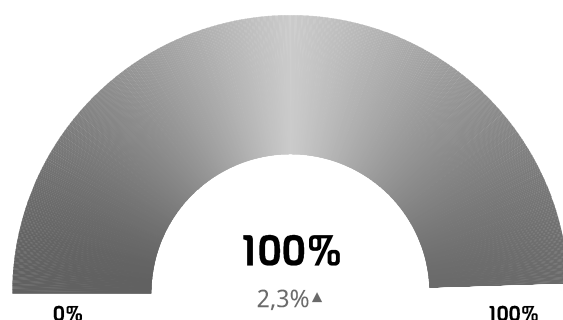
Razão entre salários dos professores da educação básica na rede pública (não federal) e não professores com escolaridade equivalente. Esse indicador mensura o percentual do rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, com nível de instrução superior completo, em relação ao rendimento bruto médio mensal dos demais profissionais assalariados, com escolaridade equivalente. O indicador pode variar de 0% a valores superiores a 100%. O percentual de 100% expressa que a média salarial mensal dos profissionais do magistério e dos demais profissionais é equivalente, sendo este o objetivo almejado.

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Meta 26

“Assegurar, no prazo de 4 anos, a existência de Planos de Carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o Plano de Carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.”

Situação da Meta



Indicadores da Meta

PCR Estadual
VALOR (2018): 100%
META: 100%

PCR Municipal
VALOR (2018): 100%
META: 100%

Evolução dos Indicadores

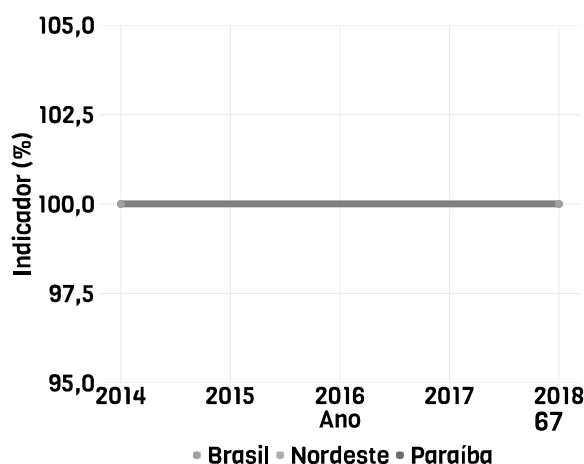


Figura 10.8: Indicador de existência do Plano de Carreira e Remuneração (PCR) dos profissionais do magistério

O indicador mostra a existência do Plano de Carreira e Remuneração (PCR) dos profissionais do magistério nos estados e distrito federal. Esse indicador é construído a partir das informações declaradas pelo o órgão gestor da educação.

Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

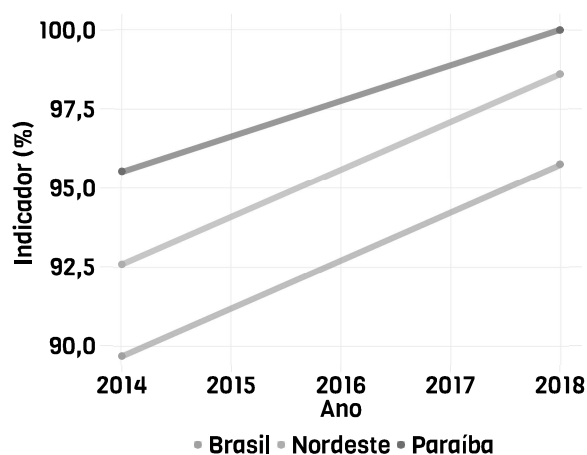


Figura 10.9: Taxa de municípios que possuem Plano de Carreira e Remuneração (PCR) dos profissionais do magistério

O indicador mostra o percentual de municípios que possuem Plano de Carreira e Remuneração dos profissionais do magistério. Esse indicador é construído a partir das informações declaradas pelo o órgão gestor da educação.

Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

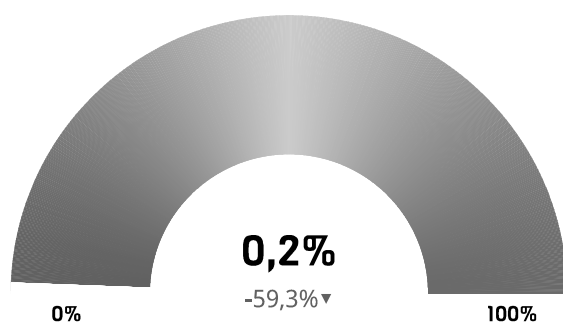
Gestão Democrática da Educação



Meta 27

“Assegurar, no prazo de 2 anos, condições para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, com apoio técnico e financeiro da União, do Estado e dos municípios.”

Situação da Meta



Indicadores da Meta

Existência de colegiados intraescolares

VALOR (2020): 0,1%

META: 100%

Seleção e eleição do diretor

VALOR (2020): 0,3%

META: 100%

Evolução dos Indicadores

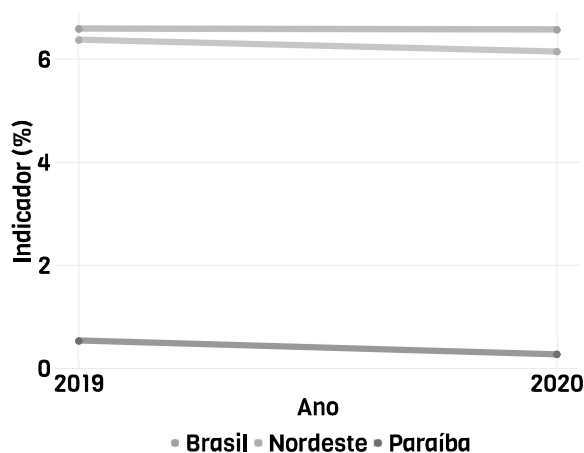


Figura 11.1: Taxa de existência de colegiados intraescolares nas escolas públicas

Percentual de existência de colegiados intraescolares (conselho escolar, associação de pais e mestres, grêmios estudantis) nas escolas públicas. Os órgãos colegiados específicos que integraram o instrumento de coleta do Censo Escolar foram quatro: 1) associação de pais; 2) associação de pais e mestres; 3) conselho escolar; e 4) grêmios estudantis. Entretanto, considerou-se, para efeito de cálculo deste indicador, que associação de pais e associação de pais e mestres são órgãos similares e quase mutuamente exclusivos, ou seja, a existência de um praticamente eliminaria a possibilidade da existência do outro. Dessa forma, decidiu-se por agrupar essas duas categorias em uma única que considera o funcionamento da associação de pais ou da associação de pais e mestres.

Fonte: Censo da Educação Básica, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

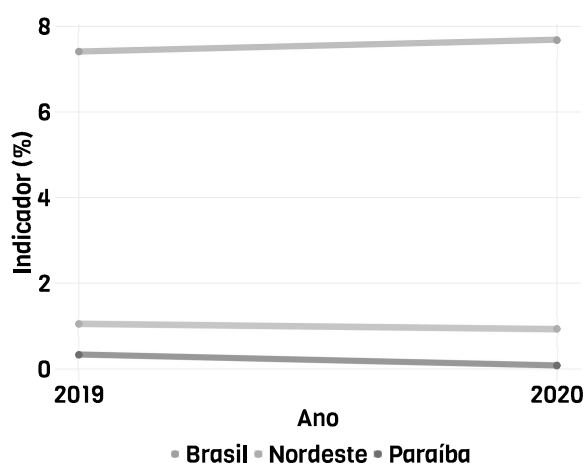


Figura 11.2: Taxa de escolas públicas que selecionam diretores por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar

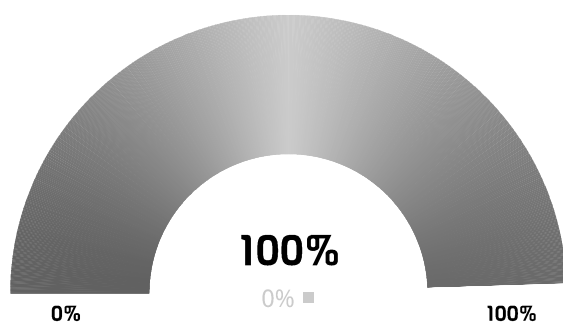
Taxa de escolas públicas que selecionam diretores por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar. O indicador representa a razão, expressa como percentual, entre a quantidade de escolas das respectivas redes de ensino que selecionam diretores por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar e a quantidade máxima de escolas que poderia ser atingida.

Fonte: Censo da Educação Básica, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Meta 28

“Ampliar o investimento público em educação pública, em colaboração com a União e com os municípios, de modo a alcançar 10% do PIB até o final do decênio.”

Situação da Meta



Indicadores da Meta

Investimento em Educação

VALOR (2019): 10,93%

META: 10%

Evolução dos Indicadores

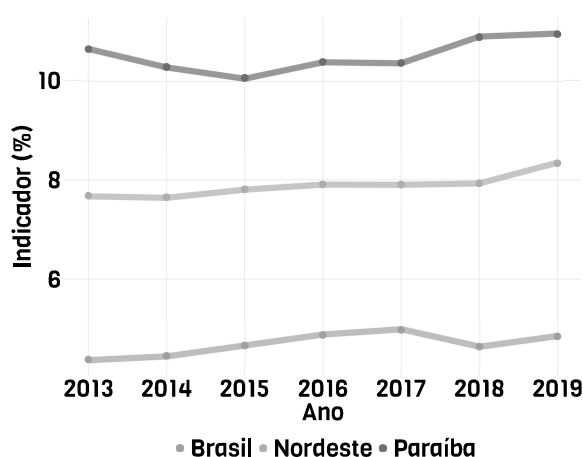


Figura 11.3: Taxa de investimento público em educação pública em relação ao PIB

Taxa de investimento público em educação pública em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Esse indicador captura os investimentos de todas as esferas de governo na área educacional pública, contudo dada à indisponibilidade de dados das despesas federais por função de despesa e por unidade federativa, a estimativa realizada considerou as despesas pagas pelos governos municipal e estadual e as despesas do governo federal com universidades federais e institutos federais em cada unidade federativa.

Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Produto Interno Bruto Municipal, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e Censo da Educação Superior, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

12

Considerações Finais

O Plano Estadual da Educação delimita as diretrizes e direciona os esforços necessários para a melhoria da educação na Paraíba. Incluindo metas para diferentes áreas, tais como educação básica, modalidades de ensino, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e gestão democrática da educação, o plano estabelece metas a serem seguidas durante o seu período de vigência.

Através do uso de diversas bases de dados relacionadas à educação, este relatório apresenta de forma integrada o estágio atual da educação da Paraíba. Para isto, foram construídos indicadores precisos que indicam a qualidade e eficácia para cada meta. Ainda, é possível acompanhar a evolução destes indicadores ao longo do tempo, bem como comparar o desempenho da educação da Paraíba em relação aos demais estados da região Nordeste e do Brasil.



Para um acompanhamento mais sistemático da evolução dos indicadores educacionais na Paraíba, o Laboratório de Economia e Modelagem Aplicada (LEMA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) desenvolveu o **Aplicativo PB Inteligente**, disponível para dispositivos móveis com sistemas Android e iOS. O Aplicativo tem como escopo central monitorar e avaliar de forma integrada informações da área educacional do Estado da Paraíba, considerando em particular as metas do Plano Estadual de Educação. A expectativa, para as próximas versões, é que o sistema de monitoramento seja ampliado com um conjunto informacional mais desagregado, para que seja possível uma melhor identificação dos desafios educacionais da Paraíba.

Das 28 metas contempladas pelo Plano Estadual de Educação da Paraíba (PEE/PB), 27 metas (96,4%) foram analisadas neste relatório. De forma geral, os indicadores mostram uma tendência de crescimento da cobertura de educação para todas as etapas de ensino e, mais importante, um aumento na qualidade de ensino medido através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Alguns desafios, no entanto, ainda merecem atenção de gestores e profissionais da educação quanto a necessidade do desenho de políticas mais efetivas para atingir as metas propostas no PEE. Como exemplo, as metas relacionadas à Educação de Jovens e Adultos e à gestão escolar democrática ainda encontram-se bastante abaixo dos seus objetivos e, além disso, apresentam um baixo desempenho quando comparados com a média de outros estados.

Destaca-se, portanto, a importância da análise minuciosa de dados e a construção de instrumentos e estratégias sólidas para um melhor monitoramento e avaliação das metas relacionadas à oferta educacional de qualidade, inclusiva e democrática no estado. O aplicativo **PB Inteligente** se apresenta como um primeiro passo nesta direção, construído com o propósito de contribuir com este objetivo, posto que facilita o acesso a dados educacionais e possibilita a disseminação de informações de forma instantânea, permitindo aos usuários, gestores da educação e sociedade em geral identificarem os problemas e propor soluções através de políticas que garantam a qualidade e manutenção dos indicadores da educação do estado da Paraíba.

Referências Bibliográficas

- Barros, R. P. d., Mendonça, R. S. P. d., Santos, D. D. d. & Quintaes, G. (2001). Determinantes do desempenho educacional no Brasil.
- Menezes-Filho, N. A. (2007). Os determinantes do desempenho escolar do Brasil.
- PISA Brasil. (2020). Relatório Brasil no PISA 2018. *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)*, Brasília.
- Soares, J. F. (2004). O efeito da escola no desempenho cognitivo de seus alunos. *REICE: Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, 2(2), 6.
- Todos pela educação. (2019). Anuário Brasileiro da Educação. *São Paulo*.